ENSAIO:

Um ensaio é um “*estudo bem desenvolvido, formal, discursivo e concludente, consistindo em exposição lógica e reflexiva e em argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal...*” (Severino, 1976, p. 153) – “*É uma exposição metodológica dos assuntos realizados e das conclusões originais a que se chegou após apurado exame de um assunto. O Ensaio é problematizador, antidogmático e nele deve-se sobressair o espírito crítico do autor e a originalidade*” (Medeiros, 2000, p. 112)

João Figueiroa

**A formação do rossio (TERRAS PÚBLICAS) da Câmara Municipal de Botucatu,
após a elevação a Vila (1855), com a composição das terras doadas para formar a
Freguesia (1846) de Santana de Botucatu**

1843

**A localização das terras doadas pelo
capitão José Gomes Pinheiro**

Botucatu

2020

**Quando tudo parece resolvido,
é o momento de discutir idéias e reformular posturas.**

Homenagem

Aos meus pais, Felix e Thereza

INTRODUÇÃO

Este texto faz um retrospecto da luta pelas versões sobre a história da “fundação” (*) da cidade e inclui o que considero ser a verdadeira localização das terras doadas pelo capitão José Gomes Pinheiro à Matriz de Santana de Botucatu. Ele foi publicado, inicialmente, em abril de 2006, pelo jornal O Diário da Serra, como parte da edição comemorativa dos 151 anos de aniversário da cidade de Botucatu. Como texto, ele é mais velho, pois foi sendo elaborado durante a primeira metade daquela década, lentamente.

Não é um texto de aceitação unânime, ou seja, não há consenso sobre o que vou relatar. Nem mesmo é um texto que se limita à divulgação sobre a história dos primeiros tempos de Botucatu, conforme ela vem sendo contada. Ao contrário, é um texto que polemiza a respeito da formação do patrimônio da Matriz de Santana de Botucatu.

Quando organizei minhas ideias a respeito e preparei este texto, tomei o cuidado de conversar com alguns escritores de nossa cidade. Apresentei, informalmente, ao escritor Hernâni Donato, mestre na arte do relato da história local. Ele ouviu, nem disse sim, ou não. Apenas limitou-se a dizer: “eles não vão gostar”. Entendi o que queria dizer com “eles”. Depois debati algumas vezes com o Trajano Pupo, parceiro de Paulinho Pinheiro Machado Ciaccia em algumas de suas idéias e não tanto em outras. Eu sabia das posições dele, tendo já oferecido minha versão a respeito dos acontecimentos iniciais da formação do patrimônio da Matriz de Santana de Botucatu. Entendi a prudência do Trajano ao declinar de meu texto.

Por fim, publiquei uma série composta por 27 capítulos no jornal O Diário da Serra, entre os dias 08 e 17 de abril de 2006. Embora não tenha sido muito bem recebida pelo meu amigo e conterrâneo, o engenheiro Paulo Pinheiro Machado Ciaccia, competente pesquisador, descendente do capitão José Gomes Pinheiro, a série foi colocada à disposição dos botucatuenses como forma de contribuição ao estudo daqueles primeiros tempos.

Eu gostaria de acreditar na versão contrária, que Paulo Ciaccia e Trajano Pupo publicaram pelo mesmo jornal, em seguida àquele abril de 2006. Seria tão mais tranquilo, mas tenho que ser honesto comigo mesmo e com a cidade, defendendo o que acredito. Por essa razão, dando sequência a um cronograma (que adiei por mais de uma década), dou a público, hoje, em forma de livro, os artigos que publiquei naquela ocasião. Eu sei que quando um jornal divulga, ele atinge amplas parcelas da população. Mas, também, sei que um jornal

publicado é um jornal esquecido. Ao mesmo tempo em que se publicam ideias, o arquivo da coleção posterga para algum dia, no futuro quem sabe, o conhecimento delas, quando talvez apareça um pesquisador com curiosidade em folhear as coleções anuais dos jornais e ressuscitar esse debate. Assim, achei que um segundo momento implicaria numa publicação em formato de livro, com o propósito de permitir que ele possa ficar arquivado nas bibliotecas da cidade, levado para dentro das residências ou disponível no site ybytucatu.net.br

(*) há mesmo quem conteste chamar de “fundação” o que ocorreu em Botucatu nos primeiros tempos, melhor achando citar os fatos iniciais como “surgimento” ou “aparecimento” ou “formação”. Mas esse é um outro problema, que abordaremos em outro trabalho intitulado “Patrimônio Primitivo”, entendendo-se “Patrimônio” como o chamamento que levam todos os povoados rudimentares, de base legal ou não.

2019

Da esquerda à direita: Francisco Marins, Dom Zioni, Hernani Donato e Joel Spadaro, homens que se envolveram diretamente na elaboração histórica de Botucatu.

I – A História da História de Botucatu

Há 90 anos (*) a cidade discute “como, onde e demais porquês” do surgimento de Botucatu. Foi fundada? Nasceu casualmente? Onde, de fato, estavam localizadas as terras doadas pelo Capitão José Gomes Pinheiro? Fascinantes mistérios de nossa História...

(jornal O Diário da Serra, em 08 de abril de 2006)

(*) 90 anos completados em 2006, quando saiu a primeira versão deste trabalho, no jornal O Diário da Serra. Hoje, 2019, completam-se 108 anos em que foram publicados pelo jornal O Correio de Botucatu, os primeiros artigos do Dr. João Nogueira Jaguaribe, dando o perfil de como seria contada nossa história desde então.

Completamos, no ano de 2005, 150 anos de elevação da Freguesia de Botucatu à condição de Vila. Curiosamente, na mesma época, chegamos aos 90 anos de discussões sobre a forma como surgiu o povoado.

No início, o Dr. João Nogueira Jaguaribe, fascinado pela história das cidades que se fixavam sobre a Serra de Botucatu (Botucatu e S. Manoel), dedicou-se a esboçar um roteiro para a História de nossa cidade. Corria o ano de 1915. Numa série conhecida pelo nome de “Botucatu, a Freguesia”, publicada pelas páginas do jornal “O Correio de Botucatu”, então sob a direção dos Irmãos Almeida, o ilustre advogado mergulhou nas primeiras letras de nossa história. Começou, de fato, em 1911. Neste primeiro e solitário artigo, ele explicita a tese da fundação de Botucatu, em 1776, “por encomenda do presidente da Província e dentro de uma estratégica luta contra os índios bravios da região”.(1) Teria sido o bandeirante Simão Barbosa Franco o executor da encomenda e a teria iniciado com um **Posto de Vigília** contra os índios, postado no que o dr. Jaguaribe chamava “cabeceiras do rio Lavapés”. Seus artigos seguintes somente voltam a aparecer quatro (4) anos depois, em 1915. Retoma o tema, porém por outra perspectiva: Reedita a tese do povoamento original feito por Simão Barbosa Franco, para enfrentar os índios rebelados, dizendo: *“É fora de dúvida, porém, que o primeiro núcleo de Botucatu começou nas cabeceiras do (rio) Lavapés, onde Simão Barbosa, em 1766, arranchou-se com suas forças para conter as excursões dos indígenas rebellados contra os moradores das fazendas de criar, então existentes, entre*

as quaes se achava a fazenda de Santo Ignácio, arrecadada pela Fazenda Real dos Jesuítas...”.(2) Porém, no terceiro artigo vai adiante e avança, dizendo: “Foi ahí que a piedade dos antigos moradores do sertão de cima da Serra do Botucatu, edificou a primeira ermida, sentinela avançada da civilização e da fé, cuja data da criação é desconhecida, sob a invocação de Santana, à qual o Capitão José Gomes Pinheiro fez a primeira doacção de terrenos em atenção ao nome de sua esposa”.(3) Neste artigo, datado de 13 de março de 1915, está esboçada a linha básica da formação histórica da cidade, na forma como vem sendo ensinada até hoje e, tendo fixado o nome do Capitão José Gomes como o fundador, o Dr. Jaguaribe reproduz a famosa doação de terras, feita por ele ao patrimônio de Santana.

João Nogueira Jaguaribe

Botucatu

Homens e Causas

Coletânea de artigos publicados entre 1911 e 1920

Organizado por João Carlos Figueiroa

2008

Algum tempo depois disso, no final dos anos 20, pelas páginas da Revista A Cruzada Brasileira, um artigo, ousado e detalhista, desenha uma nova apreciação sobre a fundação de Botucatu, baseando-se num depoimento dado por um antigo morador da cidade, JJ Barbosa de Carvalho, falecido em 1916.

Nesta revista aparecem novos nomes e novos papéis na formação do núcleo urbano e a eles é atribuída, também, a fundação da urbe serrana. Já não mais apenas o Capitão José Gomes Pinheiro, mas também João da Cruz Pereira, Felizberto Antonio Machado, bem como os herdeiros de Joaquim da Costa Abreu, teriam feito andar a história da “fundação de Botucatu”. (4)

Os anos 30 vêm todos passarem longe do tema; isto é, todos quantos tenham tocado na tarefa de escrever a História de Botucatu. E não foram poucos: um dos mais talentosos historiadores, João Thomaz de Almeida, jornalista de profissão, revelou-se um pesquisador de arquivos capaz, persistente e sério. Passou longe da questão da Fundação, preferindo falar de detalhes de outros assuntos (como, por exemplo, a chamada declaração de Guerra que Botucatu teria feito à Inglaterra). Escreveu no seu “Jornal de Notícias” e nos primeiros anos da “Folha de Botucatu”.

No início da década de 40 (1941), duas polêmicas tornaram-se públicas, seguidas uma da outra e sobre o mesmo assunto. Voltava à baila, a velha questão da fundação de Botucatu. A primeira foi suscitada pelo monitor Diocesano, órgão editado pela Cúria Metropolitana, ao estampar uma versão sobre o surgimento da cidade, num artigo comemorativo ao dia de Santana (Duas Datas, Duplo Significado). (5) Não foi bem entendido. Atentos ao velho debate e, em resposta pública, ressurgiu pelo Correio de Botucatu, então dirigido por três membros da família Pinheiro Machado (Manoel Deodoro, Jorge e Adolfo), a versão básica sobre a criação da cidade. Havia uma enorme confusão de datas, artigos e comemorações. O Monitor saudara Santana baseando-se num livro do acadêmico Eugênio Egas, em que o escritor diz ter sido Botucatu fundada por Simão Barbosa Franco, em 1766. O Correio, pela pena de Adolpho Pinheiro Machado, vem com artigo refutando essa data de fundação e, logicamente, o fundador, afirmando que “essas informações do Monitor já foram brilhantemente contestadas pelo ilustre historiador patricio João Nogueira Jaguaribe”, há longo tempo.

Aí, no final do ano de 1943, enquanto a cidade já preparava a inauguração de sua nova Catedral (a atual) surgiu a resolução da Diretoria

Regional de Geografia do Estado de S. Paulo, congratulando-se com o prefeito de Botucatu pelo centenário que se avizinhava. A resolução fazia referência expressa à doação de terras feita em 1843 pelo Capitão José Gomes e a considerava fundadora da cidade. (6)

Sob efeito dessa polêmica, e a convite dos seus promotores (os jornalistas do Correio de Botucatu), o Centro Cultural de Botucatu levou o Dr. Arnaldo Moreira Reis a proferir uma palestra falando sobre o tema, através dos microfones da Rádio Emissora de Botucatu. (7) No dia 23 de dezembro daquele ano, também dentro do programa organizado sob os auspícios do CCB, a professora Eunice Almeida Pinto proferiu uma outra palestra. No seu texto, reproduzido integralmente pelo jornal O Correio de Botucatu (como o fora também o do Dr. Arnaldo Reis), Eunice Almeida Pinto explicou assim a trajetória da cidade: *“...Botucatu surgiu, portanto, em 1766. A partir de então continuou desempenhando a sua função de “boca do sertão”, servindo de pouso e de ponto de abastecimento às expedições que demandavam os sertões do Iguatemi e do Tibagy. Era um acanhado núcleo urbano, ponto de apoio dos criadores da região, com poucos moradores e poucas casas...”* *“...um período relativamente grande de obscurantismo recaiu sobre a pequena e mal definida povoação fundada por Simão Barbosa Franco, em 1766. Em 1835, mais ou menos, **conta a tradição**, o sertanejo Joaquim Costa, abrindo nesta região um picadão, para ir buscar uma boiada em Faxina, vendo a boa qualidade das terras e sabendo que algumas eram devolutas, resolveu “possessar” o ribeirão dos Costas (atual Lavapés). Esse Costa e seus filhos construíram na atual praça Coronel Moura, algumas casas sem alinhamento, aproveitando-se, **segundo a tradição**, de aldeamento onde existia uma cruz tosca. Esse aldeamento antigo e decadente, com uma população escassa, correspondia à povoação fundada por Simão Barbosa Franco, em 1766. A exemplo do sertanejo Costa, outros aventureiros instalaram-se nas imediações do pequenino bairro, “possendo” as terras ou adquirindo-as por compra aos fazendeiros da região. E o bairro de Nossa Senhora das Dores de Cima da Serra foi crescendo e os fogos foram se multiplicando...”*. (8)

REDAÇÃO — ADMINISTRAÇÃO — OFICINAS — RUA GENERAL TELLES, 1454 — Telefones 3-4-5

DIÁRIO SUPPLEMENTAR
JORGE PINHEIRO MACHADO

DIREÇÃO E PROPRIEDADE
MANOEL DEODORO PINHEIRO MACHADO

SUBSCRITORES
ADOLFO PINHEIRO MACHADO

ANO XLIII — BOTUCATU — QUINTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 1 943 — NÚMERO 24

Os anos passaram... os anos foram correndo e, repentinamente, Botucatu foi lembrada de que o dia de hoje não poderia passar desaperecebido, porque ele é ponto lúcido a servir de marco inicial legal de sua vida. Sim, porque só depois da doação feita pelo Cap. José Gomes Pinheiro e sua mulher, por escritura pública em 23 de Dezembro de 1 843, é que se formou o patrimônio e só então deixou de ser a "boca do sertão" que atraía aventureiros e, mesmo, grileiros.

Afirma a talentosa educadora condutora, Eunice de Almeida Pinto, que "Botucatu surgiu em 1 766". Não contestamos, porém, o cumprimento, que tanto Simão Barbosa Franco como Joaquim Costa não possuíam credenciais para instituir o patrimônio e, tanto isso é verdade, que só depois da doação feita pelo Cap. José Gomes Pinheiro, a então "boca do sertão", legítima e legalmente, conseguiu o seu "pé-de-meia" e pôde assim iniciar a sua marcha vitoriosa.

Cap. José Gomes Pinheiro

Botucatu surgiu em 1 766: — afirma a historiadora botucatuense; em 23 de Dezembro de 1 843 é feita a doação para a instituição do patrimônio do Sant'Ana, pelo Cap. José Gomes Pinheiro e sua mulher Da. Ana Floribela Machado Pinheiro; Distrito de Paz em 1 846; Vila em 1 855 e, finalmente, Cidade em 1 876...

"O que se percebe de todo este jogo de datas é que a data de 23 de Dezembro assume palpitante a liderança das datas, porque antes dela nenhuma tem mais força de exactidão e legalidade nenhuma é mais completa. Ela domina como se estivesse a exigir para si o lugar do destaque na vida de Botucatu, que bem mereça, por ter servido de marco legal para definir a evolução social do velho pouso erguido sobre as ruínas da velha Fazenda Jesuítica.

Porque não defini-la como o ato fundador histórico do nosso cidade? Porque não reconhecer neste ato a força que possui?

Porque Botucatu já era pouso? Já era boca do sertão? Já fora aldeia de sete casas? Fazenda com sua capelinha votiva?

A ser assim, nem mesmo São Paulo, a nossa metrópole, teria defendida a data de sua fundação, a qual se festeja a 25 de Janeiro.

Sabe-se que antes desta data, a velha Piratininga já existia no estado em que a encontraram os jesuítas em 25 de Janeiro de 1 554. E que quem lançou os primeiros alicerces da grande mansão paulista foi Martin Afonso de Souza no recado de 1 552 como reza o DIÁRIO de Pero Lopes.

Estes e outros fatos denunciam que houve sempre na História das Cidades, um ato que dominou a cena, que teve força criadora, porque propulso ou dinamizou, assumindo assim o controle completo da evolução urbana fazendo sua entrada triunfal na História.

O certo é que 23 de Dezembro — o bem conhecido o Diretório do Conselho Nacional de Geografia — se afirma de importância primordial na vida histórica de Botucatu, cabendo-lhe quasi que por completo a glória de ter sido, o dia natalício deste rincão de belezas e fartura que ainda hoje é a Freguesia de SANT'ANA, na vida civil: BOTUCATU".

(-o-)

Botucatuenses! A tua Cidade está em festa: "Rolou sobre ela um século de lutas e de triunfos, de lúbulos e pesares, de madrugada de ouro e de crepusculos violáceos. Rasgaram-lhe os francos sofrimentos torções. Sorriam-lhe á fronte inacreditável grinaldas festivas. Ela teve todas ás glórias e todas as amarguras".

Botucatuense! A tua Cidade comemora a efeméride centenária. Tu não podes, nem deves ser indiferente ás comemorações que no dia de hoje serão levadas a efeito. A tua presença abrilhantará a pública e solene sessão comemorativa a realizar-se no Casino, ás 20 horas, em homenagem a tão grata efeméride. Em Botucatu, jubilosos e agradecidos, reverencia hoje o seu passado! Comemora o seu Centenário!

DEODORO PINHEIRO

não se esquece de seus amigos de Botucatu

De nosso diretor-proprietário, intermédio tradicional, orgão, jornalista Deodoro Pinheiro Machado, recebemos o seguinte telegrama: "Faz 100 anos que Botucatu nasceu. Parabéns e prosperidade no próximo ano."

[Rantor, 24 de dezembro]

As informações mais antigas, colhidas no Arquivo do Estado, referentes aos Campos de Botucatu, datam da primeira metade do século XVIII. Procuraremos reconstituir a história dessa região e da atual cidade de Botucatu, do seguinte modo: — Existia no começo do século XVIII, nos campos de Habutucatu, a Fazenda de Santo Inácio, pertencente á Ci.ª de Jesuá; graças ás doações feitas por particulares á capela de Santo Inácio e ás sesmarias concedidas pela coroa portuguesa, a fazenda de Santo Inácio, sob a administração dos lololanos, teve sua área aumentada. Em 1 759 (3 de Setembro) porém, em virtude da Lei Pombalina, os padres jesuítas foram expulsos dos domínios de Portugal. Os bens dos inicianos foram confiscados pela coroa, a Fazenda de Santo Inácio, nos Campos de Habutucatu foi arrecadada. Mais tarde, levada á hasta pública e com a denominação de Fazenda da Boa Vista de Botucatu, foi arrematada por Paulino Aires de Aguiro e pelo sargento-mór Manoel Joaquim da Silva Castro, passando desde então ao domínio particular, que a subdividiu em centenas de propriedades agrícolas e de criação do gado.

Na segunda metade do século XVIII os destinos dessa região definem-se. Esta reservada a grande e importante função á essa região — a de servir de ponto de ligação entre São Paulo e os sertões inhóspitos do Iguaçu (Mato Grosso), do Tibagi e de Curitiba (Paraná) e de Lages (Santa Catarina).

Nessa época, a preocupação do governo português era a de recrutar o mais possível, pelo povoamento, as fronteiras do Sul do Brasil, em detrimento da Espanha. O povoamento dos sertões do Itaipó, do Tibagi e do Iguaçu foram consequências dessa política de conquististas.

As expedições enviadas tanto para o Iguaçu como para o sul, no seu roteiro, tinham que atravessar zonas insonas desprovidas de brancos e indústadas de bugres. Era pois medida de grande alcance, tudo enviar para proteger as entradas para o sertão, contendo as incursões dos indígenas e estabelecendo postos de defesa. Era necessário organizar postos de abastecimento e pouso para as tropas e viajantes que se destinavam ao sertão.

Atendendo á essa necessidade imperiosa, em 4 de Setembro de 1 776, o governador D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, baixou uma ordem ao paulista Simão Barbosa Franco para povoaer a paragem chamada Habutucatu ("Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo" — Vol. I, V —

Origens de Botucatu

Eunice Almeida Pinto
MEMBRO DO CENTRO CULTURAL DE BOTUCATU
Especial para o "Correio de Botucatu"

Pág. 103)

Nesse mesmo ano, 1 766, Simão Barbosa Franco, antigo morador e proprietário na região, deu início á fundação da povoação de Botucatu, sob a invocação de Nossa Senhora das Dóres de Cima da Serra. Em 1 768, foi por D. Luiz Antônio organizado um mapa de uma grande parte da América Meridional, em que figurava quasi toda a Capitania de São Paulo com os seus sertões e rios mais famosos e parte das capitânias adjacentes, tudo delineado segundo os roteiros e notícias mais exatas que até então se possuíam. Esse mapa, nas pesquisas empreendidas no Arquivo do Estado, não foi encontrado, porém no volume XIX de "Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo", á pag. 147, encontram-se referências a seu respeito. Nesse mapa figuravam os núcleos urbanos já organizados, e entre eles o de Botucatu, fundado em 1 766.

Botucatu surgiu portanto em 1 766. A partir de então, continuou desempenhando a sua função de "boca do sertão", servindo de pouso e de ponto de abastecimento ás expedições que desafiavam os sertões do Iguaçu e do Tibagi. Era um acanhado núcleo urbano, ponto de apoio dos criadores da região, com poucos moradores e poucas casas.

Nos cadernos de reconstrução do município de Piratininga, nas pesquisas feitas no Arquivo do Estado, encontramos alguns dados referentes a Botucatu, quando ainda era um simples povoado. No caderno com os dados referentes ao ano de 1 779, maço de reconstrução de Itapetininga, número 68, encontramos os primeiros dados estatísticos referentes a Botucatu. Tinha Botucatu naquela época apenas 7 fogos (ou casas), contando 46 moradores, incluindo-se os chefes de família, suas mulheres, filhos, agregados e escravos.

Um período relativamente grande de obscurantismo recaiu sobre a pequena e mal definida povoação fundada por Simão Barbosa Franco em 1 766. Em 1 835 mais ed meo-na, conta a expedição do sertanejo Joaquim Costa, abrindo nesta região um caminho para ir buscar uma bonança em Faxina, vindo á beira da grande terra e pensando que alguma vez se revoltaria, resolveu "dessejar" o ribeirão que se conheceu como ribeirão de Costa (atual Lavapés). Essa

Costa e seus filhos construíram na atual praça Coronel Moura, algumas casas sem alinhamento, aproveitando-na região, seu antigo e quase abandonado alceamento, onde existia uma cruz toscana. Esse alceamento antigo e decadente, com uma população escassa, correspondia á povoação fundada por Simão Barbosa Franco, em 1 766. Á exemplo do sertanejo Costa, outros aventureiros instalaram-se nas imediações do pequeno bairro, "posseu-do" as terras ou adquiridas por compra aos fazendeiros da região. E o bairro de Nossa Senhora das Dóres de Cima da Serra foi crescendo e os fogos foram se multiplicando.

Alguns anos depois, entrou o Capitão José Gomes Pinheiro, morador e fazendeiro na região, e Joaquim Costa (atrás mencionado) e herdeiros, surgiu uma demanda por causa da localidade onde foi edificada a capela de Capão Bonito. Entre os litigantes houve um acordo amigável, dele resultando o primeiro litigante assumir o compromisso de doar terras para a instituição do patrimônio da igreja do Sant'Ana.

Por escritura pública de 23 de Dezembro de 1 843, lavrada na Fazenda Monte Alegre, residência de doador José Gomes Pinheiro foram doados os primeiros terrenos para a fundação de uma freguesia sob a invocação de Sant'Ana, reverenciado o nome de sua esposa D. Ana Floribela Machado Pinheiro (Livro de Notas n.º 1 — Cartório do 1.º Ofício de Botucatu). Quanto á doação de terrenos para o mesmo fim, por Joaquim Costa e herdeiros, em notas de pesquisa não encontramos documento escrito.

A atitude assumida pelo capitão José Gomes Pinheiro surgiu o estio desejado, pois em 19 de fevereiro de 1 846, quando era Presidente da Província de São Paulo, o Marechal Manoel de Fonseca Lima e Silva, a paráguas de Nossa Senhora das Dóres de Cima da Serra, foi erigida freguesia, com o nome de Freguesia do Distrito de Cima da Serra de Botucatu e elevada á categoria de vila pelo decreto n.º 506 de 14 de abril de 1 855 (lei n.º 12), ficando os habitantes obrigados a construir á sua custa, a cadeia e a casa de Câmara. Os moradores de Botucatu, por intermédio da Câmara Municipal, em ofício datado de 8 de Outubro de 1 855 solicitaram á S. M. Imperial, a desanexação daquela vila

do termo de Itapetininga, pedindo fosse creado naquele município, o cargo de Juiz Municipal do Orfãos (Maço 16 — arquivo do Estado).

Anos depois, diversos antigos moradores de Botucatu, — entre eles d. Leonor da Silva Bueno, Domingos Soares de Barros, Tenente Joaquim Gonçalves da Fonseca, José Rodrigo César, Braz de Assis Nogueira, Manuel José Machado, Antônio Joaquim Cardoso de Almeida, Francisco Pires, Manuel G. Arruda Leme, Manuel G. Faria, José Emílio de Barros, Dr. Bernardo Augusto Rodrigues da Silva, João César, Tito Corrêa de Melo e suas respectivas esposas, também fizeram doação de terrenos (11 alqueires e meia quarta) para o patrimônio da Igreja e Freguesia de Sant'Ana, em escritura pública lavrada no cartório de 1.º ofício, em 3 de março de 1 870. (Livro de Notas n.º 14, fls. 79 v. a 81 v.). Posteriormente foi aumentado o patrimônio, por doação feita por Francisco de Assis Nogueira, a qual foi ratificada por sua viúva e herdeiros, vinte e oito anos depois, em escritura pública, lavrada em 16 de junho de 1 876, no ofício denominado "Pinheiro" (Livro de Notas n.º 22, fls. 9 v. a 10 v. — Cartório do 1.º ofício de Botucatu).

Pela lei n.º 18, de 16 de março de 1 876, Botucatu foi elevado á categoria de cidade.

1 766 e 1 843 — são dois marcos eloquentes da história da serrana Botucatuense. Graças ao gesto fidalgo e desprendido do proprietário da Fazenda Monte Alegre, o capitão José Gomes Pinheiro, concretizado na doação dos terrenos de um grande trecho do Retiro de Capão Bonito para a instituição do patrimônio de uma nova freguesia sob a invocação de Sant'Ana, pôde a indeleznidade, aconchada e desorganizada aldeia plantada no alto da Serra de Botucatu em 1 766 por Simão Barbosa Franco, crescer, adquirir personalidade e tomar vulto. O núcleo de agrupamento aumentou rapidamente, a partir de então, invadindo os terrenos adjacentes ao patrimônio.

Pela sua esplêndida situação geográfica, Botucatu ocupa hoje posição de destaque na extensa zona serrana — região em que as cidades surgem da noite para o dia, e crescem rapidamente, num surto progressivo de passar. Servido as extensões acima nomeadas, Norte do Paraná e Sorocaba e ainda fazendo sentir sua influência na Alta Paulista, é como que uma capital no interior do planalto. Botucatu continua, pois, fiel á sua função histórica.

Continua na 4ª pag.

Eunice Almeida Pinto

Licenciada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, na subsecção de Geografia e História. Professora de História Geral e do Brasil, na Escola Normal Oficial de Botucatú

A
CIDADE DE **BOTUCATU'**

ORIGENS

SEPARATA DA

Monografia sobre o Município e Cidade de Botucatú, apresentada ao X Congresso Brasileiro de Geografia, a se realizar em Belem, do Pará, no corrente ano.

BOTUCATU'

1943

OBS: Essa separata encontra-se disponível inteiramente no site ybytucatu.net.br,
Procurar "história de Botucatu" e procurar "Livros e textos".

Em 1947, quando Hernani Donato, ainda muito jovem, empreende pelas páginas da “Folha de Botucatu” uma **Campanha pela Recuperação Histórica de Botucatu**, vários autores de crônicas memorialistas, incrivelmente talentosos, se sucedem. A questão da fundação da cidade (e a seqüência de fatos que sucederam aos primeiros eventos), porém, permaneceu como ponto nevrálgico daquela série, que se prolongou pelo ano inteiro, mais por ter o grupo que dominava a publicação, desferido, nos intervalos entre os artigos (todos de lavra de botucatuenses respeitáveis e inseridos no cotidiano da cidade), algumas estocadas que tinham claro destino: o prefeito do momento, Adolpho Pinheiro Machado. (*)

(*) **A título de atualização, em 2019:** Em outro conjunto de artigos, o próprio Hernani Donato, organizador, em Folha de Botucatu de 15 de abril de 1947, toca no assunto, atribuindo a Joaquim Costa a fundação da cidade serrana. Ver “A freguesia de Botucatu e os Oragos, pg. 35 – 2018, CIACCIA, Paulo Pinheiro Machado.

Crônicas da Velha Cidade - I

HISTÓRIAS DE BOTUCATU NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Sebastião de Almeida Pinto

Hugo Pires

Hernâni Donato

João Thomaz de Almeida

José Pedreti Neto

Olimac

Sebastião Pinto Conceição

Albertino Iazi

Clóvis de Avelar Pires

ORGANIZADO POR JOÃO CARLOS FIGUEIROA

COM ARTIGOS COLETADOS POR HERNÂNI DONATO EM 1947/48

Surge então, no curso dos anos 50 (quando Botucatu festejava o centenário de elevação à Vila) os dois primeiros livros sobre a História de Botucatu. O de **Sebastião de Almeida Pinto**, médico, historiador, professor e vereador, cronista do cotidiano que, com graça e leveza, vai desfilando no seu “**No Velho Botucatu**” (1956 e reimpresso pela prefeitura em 1994), os tipos populares e os causos e fatos relevantes do dia a dia da cidade, Ao iniciar seu livro, retoma a história da fundação de Botucatu, por Simão Barbosa Franco, em 1776, hipótese defendida, anteriormente, pelo Dr. João Nogueira Jaguaribe e Eunice Almeida Pinto e, como esta, procura combinar os fatos do início do nosso povoamento, nos anos 1835 para a frente (doação do Capitão José Gomes e os seus problemas de divisas com a família Costa e Abreu), com os antiqüíssimos sucessos do século XVIII, atribuindo aos dois uma seqüência.

(9)

Hernani Donato, pouco antes, havia apresentado um abrangente e criterioso estudo sobre a evolução centenária de Botucatu, **“Achegas para a História de Botucatu”** (1954), onde considerou, detalhadamente, a história da Fundação de Botucatu, na forma abordada pela revista “A Cruzada Brasileira”, acrescentando enfoques originais de interpretação historiográfica e atribuindo novos pesos para a participação do Capitão José Gomes Pinheiro e seu principal “contrapositor” Joaquim da Costa e Abreu, ao relembrar uma contenda entre os dois, bem como a doação de terras para a formação do Patrimônio da Matriz, por parte dos herdeiros do segundo. Hernani reserva um capítulo inteirinho (cap 7 – “1766”, pág 47, terceira edição) para a “versão Simão Barbosa Franco”, refutando-a. Nesse compêndio, editado outras vezes nos últimos 60 anos (1954-1956-1985-2008), vamos encontrar, além das apreciações sobre a formação econômica (ocupação do solo, produção e contribuição étnica no desenvolvimento) um resgate geral das várias componentes de nossa formação histórica (as motivações políticas, a pressão da comunidade iniciante para dar caráter institucional ao ajuntamento de arranchamentos, a participação do capitão-vereador – José Gomes Pinheiro e etc). E, a par disso, também segundo o autor, como a história de Botucatu, conservada na memória popular, **atribuía o surgimento do núcleo urbano a um ajuntamento de povoadores** (*capatazes de fazenda e agricultores livres, arranchados nas imediações da atual Praça Cel. Moura, - fora das terras das Fazendas e no que ele chamou de “vãos de sesmarias” – deram forma, assimétrica e espontânea, a um aglomerado de choupanas – cap 8- “Em Cima da Serra” pág 53, terceira edição*), **ajuntamento este anterior às duas doações** (do capitão José Gomes Pinheiro e dos descendentes de Joaquim da Costa e Abreu). E arremata: *“Estando congregados, ocorreu-lhes erguer o indispensável: a Capela. À primeira, ereta em chão citadino, deram orago que talvez não representasse apenas devoção, mas, também, a tradução de um estado de espírito, a descrição de uma vivência: Nossa Senhora das Dores de Cima da Serra”*. (10)

HERNÂNI DONATO

A CHEGADA
PARA
A HISTÓRIA
DE
BOTUCATU

The coat of arms of Botucatu is a shield-shaped emblem. At the top is a crown. The shield is divided into four quadrants: the top-left shows a landscape with mountains and a small house; the top-right shows a sun with rays and a five-pointed star; the bottom-left shows a book; the bottom-right shows a pair of wings. A banner at the bottom of the shield contains the word 'BOTUCATU'. The shield is flanked by two branches of coffee plants.

Edição comemorativa do 1.º Centenário
da criação do município

1855-1955

GABINETE DO PREFEITO
MUNICIPAL DE BOTUCATU

1954

OBS, a título de atualização 1 – 2019: existe também, para ser visto pelos historiadores, o censo de 1779, que aponta a existência do BAIRRO BOTUCATU. BAIRRO era uma categoria político-administrativa, denominação dada a uma povoação na menor escala entre todas, subdivisão de uma Paróquia (ou Freguesia). Esse recenseamento foi revelado por J. Davi Jorge, em artigo do jornal A Folha de Botucatu, de 1943, e encontrado nos papéis de Itapetininga, guardados no Arquivo do Estado. Por ele, sabe-se que existiam 46 moradores, divididos em 07 "fogos". Até hoje essa notícia permanece como um enigma e não encontra lugar onde possa se encaixar na nossa história. Já publiquei vários artigos (Revista UPCUESTA, Almanaque de Botucatu Aluminatus) e incluí em meu livro Boca do Sertão (2016, pág.22), insistindo na existência desse povoado, do qual se sabe muito pouco, mas que é uma verdade atestada por documentos. Mas o que mais me intriga é "como esses fatos não encontram lugar em nossa história, como eles não se encaixam nela". E sempre me pergunto: poderia ser o aglomerado de 1779, uma sobrevivência do Posto de Vigília montado por Simão Barbosa Franco, 13 anos antes? Seria esse povoado o núcleo inicial de Botucatu, que Hernâni Donato e João Nogueira Jaguaribe apontam existir antes da criação da Freguesia, em 1846? E sua localização, poderia ter sido na Praça do Paratodos, atual? Ou seria a nucleação que deu origem a São Bom Jesus do Ribeirão Grande, povoação hoje desaparecida, que existiu nas proximidades da encosta sul da Serra, hoje município de Pardinho, junto ao rio Santo Inácio, onde se estabeleceu o loteamento de chácaras Ninho Verde, fundos do Posto Maristela, rodovia Castelo Branco? Ou, ainda, estaria a nucleação localizada no antigo distrito do Capão Bonito, como atesta Felizberto Antonio Machado, que muito tempo depois, em seu ofício de 1840, dirigido ao presidente da Província, pede a criação de uma Freguesia no alto da Serra de Santo Ignácio, lugar onde mais de 380 almas já se encontravam, e onde existiu um rincão chamado da Capela, "em uma das cabeceiras do Ribeirão Lavapés", conforme atesta o historiador João Nogueira Jaguaribe, em seu artigo no jornal O Correio de Botucatu, de 09.01.1915 (publicados em livro), dizendo ser ali o lugar onde Simão Barbosa Franco deixara um "posto de vigília", em 1766?

OBS, a título de atualização 2 – 2020: ultimamente surgiram novas publicações, discutindo a antecedência das iniciativas de Simão Barbosa Franco na formação da nucleação populacional nos

altos da Serra de Botucatu e dando aos acontecimentos um nexo de continuidade entre, as Fazendas Jesuítas, o BAIRRO BOTUCATU e o surgimento do núcleo populacional que serviu de base para a constituição da Freguesia de Botucatu, em 1846. Trata-se da abordagem feita pelos historiadores Sato/Prado, de Santa Cruz do Rio Pardo, argutos pesquisadores, em seu endereço <https://celsoprado-razias.blogspot.com/2009/12/botucatu-historico-oficioso.html> onde ressaltam, no capítulo 4.1 : *“Simão Barbosa Franco cumpriria a determinação em 1776 oficializando uma povoação no Wotucatu apagando os traços da denominação Santo Ignácio, para simplesmente “Bairro Botucatu”, após feito o serviço de Fiúza naquele ano, antes da chegada do já nomeado substituto governo da capitania de São Paulo, o Capitão-Mor”*

Também outro autor, João Fernando Blasi de Toledo Piza, em sua tese de doutorado (NOS SERTÕES DE BOTUCATU: ARQUITETURA E TERRITÓRIO DAS SESMARIAS PIONEIRAS ÀS GRANDES INSTALAÇÕES CAFEEIRAS– 1830-1930) disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-07032016-195405/publico/joaopiza.pdf>

também citado no já referido trabalho de Sato/Prado, falando do “Bairro Botucatu”, a que já nos referimos acima e, depois de pesquisar pelas origens genealógicas de seus moradores diz: *“A localização destes fogos é passível de discussão. O nome Botucatu então se referia a uma ampla região que compreenderia desde as redondezas da atual cidade de São Manuel até as proximidades da atual Angatuba”*

João Fernando tem um excelente trabalho sobre arquitetura e história da ocupação interiorana e visivelmente NÃO defende a idéia de uma nucleação populacional, porém advoga um perímetro largo e longo onde alguns “fogos” se espalhariam, dispersos, pertencendo ao que ele chama Bairro DO Botucatu.

A discussão segue, mas o BAIRRO BOTUCATU já encontrou lugar na nossa história. É lucro.

Retomando o tema, antes dessas observações acima, ninguém se arriscou no tema por mais de 20 anos, depois disso. Mas ele estava vivo. No curso dos anos 70 foi a vez do jornal **A Gazeta de Botucatu** tocar na ferida,

reproduzindo substancial polêmica havida entre o cronista **Hélio Donato** e o diretor da antiga Escola Industrial e descendente direto do capitão José Gomes Pinheiro, o professor **Jorge Pinheiro Machado**. A polêmica começou despreziosa, através de um artigo de divulgação histórica elaborado por Helio Donato dentro de um suplemento do Correio de Botucatu chamado Correio Estudantil, mas as chagas estavam mal curadas e “botar o dedo na ferida” reacendeu a notável e fascinante polêmica, quase 60 anos depois que o Dr. João Nogueira Jaguaribe publicou seus artigos. (11)

Nos anos noventa, o acadêmico da ABL, **Armando Moraes Delmanto** iria iniciar uma série de publicações sobre nossa História, que envolveu dois volumes (sobre história contemporânea, principalmente) e o lançamento da **Revista Peabiru** (por mais de três anos). Em seus livros “**Memórias de Botucatu**” fez uma abordagem rápida da questão, reproduzindo, no essencial, os conceitos da formação original do núcleo urbano, abordadas anteriormente, dando, porém, ênfase ao trabalho dos jesuítas no povoamento primitivo destas paragens. (12)

OBS, a título de atualização: a se considerar esta versão, repetida pelo historiador Armando Delmanto, em todas as suas obras sobre História da cidade de Botucatu, o nosso povoamento teria se iniciado com a instalação das fazendas de criar dos Jesuítas, em Guareí e na “Serra de Santo Ignácio”, a partir de 1719.

E outros “quase” vinte anos mais se passaram e os descendentes do Capitão José Gomes, César Maria Ribeiro e Paulo Pinheiro Machado Ciaccia, à guisa de recolocar “nova luz” sobre placas e monumentos mal escritos, fazem retomar a velha polêmica. Então é a vez de **Olavo Godoy** – presidente do Centro Cultural de Botucatu, lançar uma biografia do **Capitão José Gomes Pinheiro**, excelente trabalho biográfico, coadjuvado pelos parentes do Capitão e consolidando sua personalidade como o Fundador de Botucatu. (13)

A HISTÓRIA DO

CAPITÃO

José Gomes
Pinheiro

FUNDADOR DE BOTUCATU

Olavo Pinheiro Godoy

Acesa, novamente, a polêmica, os descendentes quiseram corrigir, não somente as placas e, entre traslados dos restos do Capitão e, depois, de sua esposa Anna Florisbela, providenciam uma retificação de leis, readequando a interpretação das datas históricas que vinham, até então, pelos termos mal usados, criando mais confusão do que certezas.

Sob iniciativa do vereador Antonio Luiz Caldas Junior, um conjunto de botucatuenses que trabalham com a história da cidade pactuaram ordenar uma seqüência de datas, para tornar coerente a própria história a ser ensinada nas escolas. Isto, apenas, transformou-se em leis: a doação para o Patrimônio de Santana (1843), a criação da Freguesia (1846), a morte do Capitão (1848), a elevação à condição de Vila (1855), cidade, comarca e etc.

Nesse período, retifica-se o monumento ao Capitão, defronte a antiga EEPSG Gomes Pinheiro (atual Diretoria de Ensino) e inaugura-se novamente o monumento, tornando plausível ao Capitão ter “fundado Botucatu”, mesmo tendo falecido em 1848, dois anos depois de criada a Freguesia. Coisa que ninguém entendia era como ele poderia ter fundado a Cidade em 1855 (o aniversário de elevação a Vila é a data principal, comemorada anualmente em 14 de Abril, e refere-se ao ano de 1855) e ter morrido antes disso. Ficou claro com o alinhamento das datas.

Mas a polêmica estava mal resolvida. Depois disso vem a público o livro do biólogo e historiador **Dr. Trajano Carlos de Figueiredo Pupo, “Botucatu, Antigamente”(14)**, um magnífico e substancial compêndio, mostrando que o debate continuava. Nesse belo trabalho, o autor constrói sua narrativa sobre a Fundação de Botucatu, ressaltando a atuação independente dos herdeiros de Joaquim da Costa e Abreu na organização do núcleo inicial do povoado-embrião, com sua citada doação verbal, atribuindo-lhes, também, a iniciativa e o pioneirismo na ereção da primeira Capela, dedicada a Nossa Senhora das Dores de Cima da Serra.

A antiga tese da Capela de Nossa Senhora das Dores de Cima da Serra, bem como a doação verbal dos herdeiros de Joaquim Costa e Abreu, que pareciam adormecidas, ressurgem nesse trabalho de Trajano Pupo como fênix. Morrem e reaparecem, insistentemente, de período em período, como a nos lembrar que faltam elos para explicar, nessa nossa história.

Botucatu Antigamente ...

**1ª Edição
Botucatu/2002**

Trajano C. F. Pupo

OTTONI
EDITORA

E, por fim, no ano passado, voltam juntos Paulo Pinheiro Machado Ciaccia e Trajano Pupo com uma nova publicação, retomando velhos temas, por ângulos novos.

Lançado em 2005, a exatos 90 anos da abertura das discussões, o estupendo livro de Paulo Pinheiro Machado Ciaccia e Trajano (As primeiras fazendas da Região de Botucatu) torna a realimentar o debate sobre o surgimento do núcleo urbano de Botucatu, salutarmente, diga-se de passagem, mas ao que parece, não chegou ao fim!!!

OBS a título de atualização. Sempre é bom lembrar, novamente, que os 90 anos do começo das polêmicas sobre os primeiros tempos da Freguesia de Santana de Botucatu, eram completados em 2005. Na verdade se incluíssemos o artigo de 2011 teríamos mais 4 anos, 94 anos de polêmica. A se contar dos dias de hoje já se vão 108 anos de debates.

Mas as coisas não pararam aí. No seu esforço para refutar a existência da Capela de Nossa Senhora das Dores, Paulo Pinheiro Machado Ciaccia edita um maravilhoso livro, em 2018, sobre o tema, intitulado “A Freguesia de Botucatu e os Oragos: Nossa Senhora Sant’Anna ou Nossa Senhora das Dores?”.

A FREGUESIA DE BOTUCATU E OS DRAGOS: NOSSA SENHORA SANT'ANNA OU NOSSA SENHORA DAS DORES ?

Paulo Pinheiro Machado Ciaccia

Nossa Senhora Sant'Anna e
Santa Maria, respectivamente
avó e mãe de Nosso
Senhor Jesus Cristo

Nossa Senhora das Dores é um dos
vários títulos que Santa Maria recebeu
em relação às sete dores que sofreu
ao longo de sua vida terrestre,
principalmente nos momentos
da Paixão de Cristo

A CRUZADA

ORGAM DA "CRUZADA BRASILEIRA"

ANNO I

NUM. 3

SUMMARIO

xxx	Redacção
Sete de Setembro (discursos)	José do Amaral Wagner e Sylvia Nogueira
Nós	xxx
Botucatu antigo	xxx
Tempo de dantes	Sebastião Almeida Pinto
Predestinação (Soneto)	Julio Raposo do Amaral
Conto Regional	Astrogildo Arruda
Elogio da dor	Genaro Lobo
Cá e Lá	Coraly
Soahando	Erasmio
Trindade (Versos)	Horacio de Vilhena
28 de Setembro	xxx
A Minha Mão (Versos)	Astrogildo Arruda
Dias Iras (Soneto)	Gilberto Pereira Machado
Hymno da Cruzada (Musica e Versos)	Mello Dias e S. Galvão
Secção charadistica	Sandro Scelli
A Cruzada Sanitaria	xxx
Vida Agricola	xxx
Onomatogrammas (desenhos)	Lourdes Canto
Pagina Infantil	xxx

ANECDOTAS—ANNUNCIOS—NOTAS ECONOMICAS—ETC.

Botucatu, (E. S. Paulo), 28 Setembro 1928

CASA LEVY
IRMAOS ALMEIDA
BOTUCATU

II – A “Memória” de José Joaquim Barbosa de Carvalho, publicada na Revista Cruzada Brasileira

(jornal O Diário da Serra, em 9 e 10 de abril de 2006)

Todas as informações que temos, atualmente, sobre a história de Botucatu, foram legadas pelo incessante trabalho de sistematização realizado pelos nossos mais tradicionais historiadores: Dr. João Nogueira Jaguaribe, Eunice Almeida Pinto, Sebastião de Almeida Pinto e Hernani Donato.

Do aparecimento dos artigos do Dr. Jaguaribe, nos idos de 1915 e 1916, até a organização, em formato didático, do magnífico “*Achegas para a História de Botucatu*” (1954), todas as informações colhidas por eles, através de obsessivo trabalho, foram sendo, também, divulgadas graças ao grande apoio que sempre tiveram da imprensa botucatuense, que nunca se furtou em dar guarida aos excelentes textos preparados. Hernani Donato, com o “*Achegas para a História de Botucatu*”, consubstanciou o que de melhor se preparou sobre nossa história, resultando no texto mais vigoroso, abrangente e didático que temos até hoje.

OBS, a título de atualização em 2019: Devemos lembrar também que o Dr. Jaguaribe publicou um primeiro artigo em 1911 (jornal O Correio de Botucatu, 20.08.1911) e, também, já publicado no livro “Botucatu, homens e cousas” e um último artigo, em 1922 (22 de

setembro), após sua morte e entregue ao jornal por seu amigo Ataliba Pires do Amaral (da turma de formandos da Escola Normal, de 1916). É também importante lembrarmos que depois destes artigos, Hernani Donato publicou, em 2008, inteiramente viabilizada pela prefeitura (governo Mario Ielo) uma nova edição do “Achegas para a História de Botucatu”, ricamente ilustrada e reorganizada em conteúdo e tamanho. Bom, também, dizermos que Trajano Pupo consegue editar o complemento de sua obra “Botucatu Antigamente”, em 2015. Aos que desejam conhecer o artigo póstumo de João Nogueira Jaguaribe, podem procura-lo no livro “A Freguesia de Botucatu e os Oragos”, de Paulo Pinheiro Ciaccia, à página 13, parte 4.

No final dos anos 20, surgiu em Botucatu um movimento cívico-cultural de excepcional qualidade, chamado Cruzada Brasileira, que teve entre suas atividades a edificação do Bosque do Sossego (um parque esportivo/ecológico localizado onde hoje está a garagem da Prefeitura) e a edição da revista “A Cruzada”. A Cruzada circulou entre os anos 1927/1931 e nesse curto período, estampou artigos sobre variados assuntos, inclusive a História de Botucatu.

Em um desses números apareceu um artigo que reproduzia um documento muito antigo, uma memória deixada por antigo morador de Botucatu, chamado José Joaquim Barbosa de Carvalho, a respeito da fundação do povoado serrano.

Esse documento obteve grande respeito e importância para a história de Botucatu, pois, a partir de sua divulgação, as referências ali contidas passaram a nortear todos quantos escreveram sobre a formação histórica da cidade.

A Revista não revela quem o escreveu, mas mostra que o autor tinha amplo conhecimento da linha geral de formação da nossa história mais remota, bem como de alguns episódios específicos dela.

Quem teria escrito aquele fantástico e crucial artigo? Difícil dizer, hoje. Naquela época existiam grandes nomes na revista; entre eles o dr. Sebastião de Almeida Pinto, o professor Silvio Galvão e outros. O próprio dr. Sebastião poderia tê-lo escrito mas, porque o artigo não vem assinado por ele se, ele próprio assina outro na mesma revista, algumas páginas adiante? E, porque a Revista optou por não revelar seu autor, colocando no lugar do nome, na capa, apenas três sinais: xxx? Porque?

hara sagrada onde instituireis acendrado culto á bandeira, o qual é fonte segura do civismo e do orgulho nacional.

E' esse culto, a força, a luz, o ensino e a manifestação mais elevada das raças, a cadeia que assegura a solidariedade das gerações, no expressar admiravel de saudoso brasileiro.

Assim como se vincula tudo na natureza, no viver dos povos tudo se vincula. O passado se liga fortemente ao presente, num longo e vivo élo inquebrantavel. Sem procurarmos manter esse fluido mysterioso que nos deve sempre e sempre unir e estimular — a tradição, — poderemos ser tudo o que quizerem, menos brasileiros. Só é grande o povo que sabe amar e honrar a sua bandeira.

Senhores atradores, eu vos entrego a Bandeira do Brasil. Fazei de vossos braços a muralha intransponivel onde este sublime pavilhão desdobre aos ventos patrios as suas cores symbolicas; cimentai-a, se tanto for preciso, com o vosso sangue generoso; sobretudo erguei-o alto, muito alto, para que todos os povos o admirem.

Nós

Já affirmámos uma vez que o merecimento da nossa revista está no trabalho que nos dá.

Emquanto as revistas que por ahí pullulam, em sua maioria não fazem mais do que transcrever escriptos e reproduzir illustrações alheias, sem revelar esforço proprio, visto que só occupam a tesoura, — nós só publicamos materia inédita, elaborada especialmente para «A CRUZADA».

Este merecimento, difficil de conquistar, sobretudo em cidade do interior, ninguem nos ha de negar.

Mais ainda: a qualidade dos trabalhos publicados é realmente boa, a julgar pelo grande numero de transcrições que têm chegado ao nosso conhecimento.

Isto nos lisonjeia sobremaneira, e provoca os nossos sinceros agradecimentos.

Sómente desejariamos que os periodicos que dessa fórma nos têm honrado, não se esqueçam de completar a gentileza com a seguinte declaração: — Transcripto da «A CRUZADA». Não custa. E' um dever de lealdade jornalística.

Outro facto que a nós se refere, e que não podemos deixar passar despercebido, é a propaganda efficiente que a «A CRUZADA» tem realizado em pról de Botucatu, e de cujos effectos temos tido sciencia por intermedio de cartas dirigidas directamente á nossa redacção e á pessoas aqui residentes.

Para não nos alongarmos em citações, transcrevemos apenas o seguinte trecho de uma das mencionadas missivas:

«Li o segundo numero da «A CRUZADA» com o mesmo prazer com que li o primeiro. Apreciei a novella intitulada — O Naufragio — de Rosa e Lima, que é um perfeito novellista, assim como outros artigos de «peso», sonetos, clichés, etc., pelos quaes faço idéa de Botucatu. Por tudo que

vejo através da «A CRUZADA», tenho a impressão de que Botucatu é uma bella cidade, rica de bellezas naturaes e... (porque não dizel-o?...) de meninas bonitas...»

Pelos termos desta carta, os prezados leitores verão o serviço que estamos prestando a esta cidade.

Si «louvor em bocca propria é vituperio», seja-nos perdoado o que dissemos em vista do facto que se segue.

Abram os leitores os jornaes da Capital: encontrarão ahí noticias de toda a parte, mesmo dos logarejos onde Judas perdeu as botas. Botucatu, porém, prima pela ausencia. Ou melhor: esta terra só é lembrada nas notas policiaes, nas raras occasiões em que os larapios ou assassinos nos despertam do lethargo...

Não ha botucatuenses em Botucatu?

Ha-os na Cruzada Brasileira: poucos de nascimento, mas todos de coração!

Os estudantes paulistas matriculados nas escolas federaes, estaduais, municipaes e particulares do Estado são 404.000; quer isto dizer que no Estado «leader» os estudantes não passam de 7 por cento da população. E' pouco, mas já é alguma coisa. Para guiar essa grande massa de estudantes, trabalham mais de 8.000 professores, no ensino primario, secundario, superior e profissional.

BOTUCATU' ANTIGO

Marco do progresso botucatuense, a «A CRUZADA» não poderia permanecer indifferente ao passado, aliás pouco conhecido, desta boa terra.

Dizemos pouco conhecido porque Botucatu, «bocca do sertão» ha setenta annos atraz, dando origem depois a mais de quarenta municipios pujantes e progressistas, conta hoje uma população em sua maioria originaria de outras cidades, de outros Estados e de outros paizes, quasi extranha portanto aos fastos botucatuenses.

Para esta pagina de Historia local, solicitamos o concurso dos botucatuenses da velha guarda, que conservam ainda na sua memoria e nos seus archivos, alguns flagrantos do que houve por aqui, nos já remotos tempos da monarchia.

Remotos, não porque quarenta ou cincoenta annos representem excessivo lapso de tempo para a memoria humana, e menos ainda para a memoria historica; mas porque o sopro de vida que neste ultimo quartel de seculo, todo republicano, tem agitado o futuroso recanto do Estado em que tumultuamos, trouxe tamanho impulso renovador e constructor, que a nossa chronica monarchica e seus personagens quasi se nos afigurarão incompreensíveis, si a boa imprensa não nos puzer em contacto frequente com os «tempos idos e vividos».

Dito isto, e iniciando hoje o movimento evocador a que esta pagina se destina, vamos re-

produzir, com a clareza possível, o assumpto de um documento antigo, redigido ha muitos annos pelo fallecido José Joaquim Barbosa de Carvalho.

BOTUCATÚ PRIMITIVO

Até 1866

Em 1835 havia em cima da serra quatro fazendas de criar entregues a capatazes que dispunham de alguns escravos.

Eram ellas: a fazenda Monte Alegre, compreendendo Capão Bonito, Morrinhos e Pedras, de propriedade do cap. José Gomes Pinheiro, tronco da familia Pinheiro Machado; a fazenda Rio Claro, pertencente ao cap. Ignacio Apiahy (morto depois pelos indios), tronco da familia Dias Baptista; as fazendas Pulador e Boqueirão, pertencentes a Raymundo de tal e herdadas por seus genros cap. Joaquim Gabriel de Oliveira Lima e José Innocencio da Rocha; finalmente a fazenda Bom Jardim, que era de um tal Marques.

Estas fazendas, como ficou dito acima, estavam a cargo de capatazes, vivendo seus proprietarios em Itapetininga.

Por esta época mais ou menos o sertanejo Costa, mineiro capataz da fazenda Sobrado, de propriedade de pessoa moradora em Porto Feliz, abrindo por aqui um picadão para ir buscar uma boiada em Faxina, viu a boa qualidade das terras em que hoje assenta a cidade.

Sendo estas terras devolutas, soube elle então que a fazenda Capão Bonito pertencia a José Gomes.

Foi ter com este, perguntou-lhe até onde chegava a sua propriedade, e si podia «possessar» as terras que lhe attrahiram a attenção.

Professorandos de 1928

Angelo Zanotto

Ahi, onde existia um pinheiro, abaixo da Igreja, edificou sua casa.

Mais tarde o cap. José Gomes teve duvidas com Costa por causa de divisas, isto é, por causa de um rumo, que sahindo da corredeira (on-

Como nesse tempo as mattas estavam cheias de bugres que faziam mal ás criações do campo e aos moradores, o cap. Gomes disse-lhe que «possesse» o matto, respeitando o campo.

Tratou logo este mineiro de «possessar» o ribeirão que se ficou chamando - dos Costas - (hoje-da Cidade) e deu um pequeno patrimonio á Sant'Anna, que é a pequena agua da Boa Vista com suas vertentes, mais a parte fronteira, onde houve a matriz velha.

de houve a machina do Russo, junto á ponte que communica com o Bairro Alto), dirigia-se para o fundo do campo do Capão Bonito, passando por uma porteira situada na rua Riachuelo (esquina Nicoletti).

Nesta porteira, que delimitava o primitivo patrimonio com as terras do cap. José Gomes, houve, segundo dizem, uma rixa entre a gente deste e a dos Costas, motivo pelo qual ficou celebre a Porteira da Contenda (a actual rua Moraes Barros deve ser mais ou menos o famoso Rumo da Contenda ou da Porteira da Contenda), de interesse no foro local.

O cap. José Gomes augmentou o patrimonio com terras que têm as seguintes divisas: principiando no ribeirão dos Costas ou da Cidade (na citada corredeira), seguem pelo Rumo da Contenda até a primeira agua (agua do Tanquinho), por esta acima até suas cabeceiras, destas dobram para a cabeceira do Rancho Queimado (Lava-pés?) onde houve a olaria do Panhosa, por esta agua abaixo até o ponto inicial.

Pelos annos adiante foram entrando «posseiros» para cima da serra e em 1843 ou 44, o mineiro Francisco de Assis Nogueira comprou duas fazendas de José Gomes: Capão Bonito e Pedras.

Este mineiro deu mais um pedaço de terras (onde?) para o patrimonio, doação esta que mais tarde sua viuva e herdeiros confirmaram.

Por este tempo já haviam diversos moradores pelos sitios, pelos arrabaldes, e mesmo no patrimonio, «posseiros» que de tempos em tempos «sahiam possessar terras e dar nos indios».

Os principaes do logar, João da Cruz Pereira, com fazenda no Araquá, e Felisbertinho Machado, posseiro (?), ambos mineiros, «deram principio á fundação da cidade, sendo estes os principaes fundadores».

Professorandas de 1928

Antonietta Grassi

Mas não chegaram a accordo a respeito do logar para a igreja.

Machado queria no espigão do campo, terra pobre e sem agua, onde fincou esteios, emmadeirou e nisso ficou. Pereira queria no logar onde está hoje, e onde fez uma capellinha e seis casas de madeira lavrada, cobertas de telha».

Mais tarde, Raphael da Silva Franco, que de Limeira se mudou para aqui, tornou-se protector da Igreja, e com dinheiro seu e de subscrições, fez a velha matriz (no largo defronte ao cartorio de paz), tendo sido retocada varias vezes.

Os primeiros paramentos e ornamentos para

a Igreja foram doados pelo mencionado Francisco de Assis Nogueira.

Por este tempo estabeleceram-se nas margens do Paranapanema duas grandes famílias mineiras, num total de mais de cem casaes, cujos chefes eram o major Victoriano e Rodrigo Fagundes de Mello, casado com d. Barbara e tronco das famílias Pinto, Mello e Paixão.

Estas famílias fizeram grande guerra aos bugres, que se foram retirando, o que permittiu a entrada de muita gente para estes sertões.

Cogitou-se afinal de elevar a povoação a freguezia. Cuidaram disso Cruz Pereira, Felisbertinho e Manoel de Almeida Toledo.

Cruz Pereira foi o primeiro sub-delegado e juiz de paz da Freguezia de Sant'Anna de Cima da Serra de Botucatu. Toledo o primeiro escrivão.

Este ultimo «era aqui tudo: escrivão, fabricante, collector, sacristão, enfim, o primeiro homem do logar!»

«Tambem nesse tempo aqui appareceu José Joaquim Alves Machado, com mascateação de fazendas, homem instruido que aqui tambem foi autoridade, mas que não fez beneficio ao logar; antes deu prejuizo».

Em 1856, em virtude da grande distancia de Itapetininga, a cujo municipio e comarca pertencia, a freguezia foi elevada a Villa.

Contava então a povoação mais ou menos quarenta casas cobertas de telha e outras tantas cobertas de palha.

Nesta data eram sub-delegados e juizes de paz José Joaquim Pinto de Mello, Cruz Pereira e Braz de Assis Nogueira, filho de Francisco de Assis Nogueira.

Este Braz prestou bastantes serviços ao logar, quer como autoridade, quer como particular, desde os principios da povoação.

Em 1858 houve a primeira eleição para vereadores. Foram eleitos: Francisco de Paula Vieira, criador e homem honesto (presidente), José Paes Moreira (vice-presidente), João Francisco de Freitas, Antonio Manoel de Oliveira, José Pereira de Souza Paixão, Francisco Bonifacio Ribeiro e Joaquim Gonçalves da Fonseca.

A Camara Municipal tomou posse no mesmo anno, indo o presidente Paula Vieira empossar-se em Itapetininga.

De volta de lá, deu posse aos outros vereadores em uma casa que existia onde está hoje o sobrado Bertoncini, e que naquelle tempo era de Mathias José Teixeira, juiz de paz e irmão do padre Modesto.

Assistiu á posse o dr. Luiz Silverio Alves Cruz, então promotor publico de Itapetininga, que fez um discurso «prophetisando um brilhante futuro ao novo municipio», nessa epoca a unica freguezia em cima da serra.

Logo a Camara e Manoel de Almeida Toledo trataram de fazer a qualificação de jurados, que formaram duas turmas.

A primeira sessão do jury foi aberta e presidida pela dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro, juiz da comarca de Itapetininga (falleceu ministro do Supremo Tribunal Federal).

Serviu tambem o promotor dr. Antonio Afonso de Aguiar Witacker.

Pouco depois foi nomeado o primeiro juiz municipal formado. dr. Felipe Corrêa Pacheco.

A elevação a comarca deu-se em 63 ou 64, sendo seu primeiro juiz de direito, o dr. José Carlos de Oliveira Machado.

Nesta epoca subiram ao poder os liberaes, chefiados aqui por João Pereira da Silva, vulgo Sapateiro, cap. Claudino José Pereira, Joaquim Gonçalves da Fonseca, Domingos Soares e os Pinheiro Machado, os quaes tambem prestaram bons serviços ao logar.

Mas o progresso de Botucatu, que se tornou um dos bons municipios da Provincia, data das primeiras plantações de café, que «principiaram em 1866».

A historia ecclesiastica desse periodo é simples.

Nos primeiros tempos, o padre Francisco, de Itapetininga, aqui vinha fazer baptisados e casamentos de «seis em seis mezes».

O nosso primeiro vigario foi o padre Joaquim Gonçalves Pacheco, sorocabano, «que daqui sahio meio escorraçado».

Os tres seguintes foram respectivamente os padres Isidoro, Modesto Marques (irmão de Mathias Teixeira) e Salvador Ribeiro dos Santos Mello. Todos elles falleceram aqui.

Salvo algumas confrontações com o presente e mudanças de redacção, umas e outras de nossa lavra, é este o testemunho pessoal de José Joaquim Barbosa de Carvalho, que offerecemos ao exame dos entendidos para a necessaria discussão.

MAPPAS DO MUNICIPIO DE BOTUCATÚ

Rigorosamente exactos
e
confeccionados a capricho

Venda em beneficio da
Cruzada Brasileira, pelo
preço do custo. Rua Riachuelo, 157 — Botucatu.

III- Sabendo um pouco da vida de José Joaquim, ao que consta, o nosso primeiro memorialista

1. Quem era José Joaquim Barbosa de Carvalho? José Joaquim não foi nascido em Botucatu. Era português, tendo vindo para Botucatu muito cedo.

Quando veio a Botucatu, a cidade estava apenas começando. Não pegou seu início, mas, com certeza, conviveu com pessoas que viveram aquele momento, de maneira plena. Isto significa que “pode” ter ouvido os “causos” da própria boca dos protagonistas. Assim, seu relato, apesar de não incluir fatos vivenciados por ele, com certeza, contém descrições de primeira mão, porque suas fontes eram de primeira mão.

2. Quantos anos tinha José Joaquim, quando veio para cá? José Joaquim nasceu em 1833 e, segundo notícia veiculada por ocasião de sua morte, “há mais de 60 anos residia em Botucatu”. Portanto, imaginamos, chegou a Botucatu por volta de 1855 ou 1856, com 22 anos. Já homem feito.

3. Quando morreu José Joaquim? José Joaquim viveu até o ano de 1916, tendo falecido em Botucatu e seu corpo sido enterrado no cemitério Portal das Cruzes. O jornal “O Correio de Botucatu” daquele ano traz uma interessante nota a respeito, na edição de 21 de outubro: *“J.J. Barbosa de Carvalho – Domingo último, pela manhã, faleceu nesta o distinto ancião, sr. J.J. Barbosa de Carvalho, um dos mais antigos moradores de Botucatu. O extinto, que era de nacionalidade portuguesa, contava 83 annos de idade e há mais de 60 annos fixara residência nesta, onde sempre se evidenciou um cidadão digno, acompanhando o evoluir da cidade e sendo, mesmo, um dos baluartes do nosso progresso. O número de suas relações era elevado, pois o velho Barbosa, pela sua alma pura, só sabia ser bom, tendo deixado, da sua vida honrada, um salutar exemplo. Acompanhamos na dôr a família enlutada e aos seus genros, filhos e mais parentes enviamos condolências.”* (15)

4. Com quem José Joaquim Barbosa de Carvalho era aparentado? José Joaquim aparece em diversos momentos da história de Botucatu. Em um deles, julho de 1876, está diante do cartório e,

sendo casado com uma das filhas de Francisco de Assis Nogueira (o velho), faz a doação de uma parte das terras que sua sogra, a viúva D. Anna Theodora de Assis Nogueira, pretendia entregar para o patrimônio da Matriz de Santana, em doação póstuma. (tema abordado em um dos capítulos deste trabalho)

5. O que dizia o senhor José Joaquim Barbosa de Carvalho?

Embora não se tenha o depoimento do senhor José Joaquim, na íntegra, existe um trecho entre os artigos do dr. João Nogueira Jaguaribe, no qual ele sintetiza, com muita eloquência, as teses do memorialista, sobre a fundação do povoado e sua localização: “...o senhor José Joaquim Barbosa de Carvalho, velho e inteligente morador de Botucatu, casado com Dona Michaela Emerencianna Barbosa, filha de Francisco de Assis Nogueira, doador de terras para patrimônio de Santana, informa que os terrenos da cidade do lado da Igreja de S. Benedito, antiga Matriz, foram doados a Padroeira de Botucatu, pelos herdeiros de Joaquim Costa, a quem o Capitão José Gomes Pinheiro refere-se em sua doação e que a porteira da contenda era bem adiante da frente da dita Igreja; **não encontrei documentos a respeito**, a não ser a denominação de rua dos Costas, que ainda hoje conserva a via pública partindo dos fundos da Igreja pelo largo da Liberdade acima, até o alto da cidade”. (Correio de Botucatu, 13 de março de 1915). (16)

Observação: a) Rua dos Costa era o nome da atual Djalma Dutra, que antes ainda chamava-se Rua do Calvário. b) Largo da Liberdade era o antigo nome da Praça Cel. Moura, ou do Paratodos. c) Igreja S. Benedito foi o nome e o orago dados à antiga Matriz de Botucatu, localizada na Praça do Paratodos, assim que os ofícios religiosos foram transferidos para o alto da cidade em 1897. Foi demolida em 1918.

IV – Como o articulista da “Cruzada Brasileira”, na edição citada anteriormente, contou a história dos primeiros tempos de Botucatu, utilizando a memória de José Joaquim?

O autor do artigo, tendo conhecimento de episódios da formação de Botucatu, dedicou-se a **compatibilizar** aquela memória manuscrita (que dizia ter em mãos) com os acontecimentos de que tinha conhecimento. Assim, buscou localizar na cidade de então, as referências citadas na memória. Através desse **método** criou uma descrição, localizada através dos logradouros da época, sobrepondo três episódios, com o mesmo quadrilátero urbano: o episódio da porteira, a doação de 1843 e a posterior demarcação das terras através de “valos”. **Como resultado disso tivemos, ao longo do artigo, por várias vezes, a afirmação de que a doação feita pelo Capitão José Gomes Pinheiro e Anna Florisbela, referia-se ao espaço central e mais antigo de Botucatu.** Uma primeira vez, ao referir-se, o memorialista, à luta entre os “Costa” e os “Pinheiro”, pelo controle da porteira e, posteriormente, ainda dentro da mesma polêmica, ao referir-se à demarcação feita por “valões”, lavrados a título de divisa, entre as terras do Capitão e Anna Florisbela, com os descendentes dos Costa ou compradores de suas terras. Nas duas ocasiões, o documento afirma que essa área situava-se dentro do trecho que vai da atual Velho Cardoso para Nordeste, ingressando no que declarava ser o “rincão de campo”.

Pelo que se conclui lendo o artigo, o memorialista afirmava exatamente isso: todos esses episódios ocorreram no chamado centro velho de Botucatu. E o articulista, que tinha o documento nas mãos, quis confirmar suas assertivas, procurando encontrar detalhes em nossa geografia para tornar compatível a memória deixada, com os fatos históricos de nosso início de povoamento.

Esse artigo/documento é tão importante que, a partir dele, essa se tornou a versão oficial para a História de Botucatu. Embora o artigo tenha colocado novos personagens na antiga história (João da Cruz Pereira, Manoel de Almeida Toledo e os herdeiros de Joaquim da Costa e Abreu), a localização dos fatos, como tendo ocorridos na zona central da cidade, cristalizou o entendimento de que a doação do Capitão e de sua esposa deu início ao

povoado, não somente porque criou um patrimônio, mas porque deixava subentendido que nessas terras teria surgido a povoação.

Dos fatos-testemunho (que induzem a essa conclusão), entre tantos, o mais significativo teria sido a contenda da porteira, durante a qual os homens de ambos os proprietários teriam se enfrentado à força de armas. Também aí, relatado pela memória, o acontecido teria se verificado nas proximidades da porteira (“*a porteira da contenda era bem adiante da frente da dita Igreja*”, como conta o Dr. João Nogueira Jaguaribe *), o que contribuiu para firmar a versão de que os fatos ocorreram todos no centro velho e histórico de nossa cidade. Em resumo: no início houve a questão da porteira, depois o capitão doou as terras para a Capela de Santana e, na área doada e em função disso, surgiu a Freguesia de Botucatu.

*Isto vem expressamente dito pelo historiador João Nogueira Jaguaribe em seu artigo de 13 de março de 1915, pelas páginas do jornal O Correio de Botucatu. No livro com seus artigos, está à página 26.

V – A doação das terras para formação da Freguesia de Santana de Botucatu

“...Digo eu abaixo assinado , que entre os bens que possuo, sou senhor e possuidor de uma fazenda de criar, que comprei do Sargento mor João Pires, em cuja compra é inclusive integrante da dita Fazenda um pasto ou retiro no lugar denominado Capão Bonito, em cujo campo há um rincão denominado Rincão da Cerca Velha, hoje conhecido (pelo rincão da Capella), no qual entrando pela estrada do Sobradinho, quase a entrar do depois de entrar um bom pedaço faz um pequeno boqueirão entre duas vertentes donde houver um rancho queimado no lado direito e desendo-se desta vertente do rancho queimado abaixo pelo veio d’água, sempre pela agoa mais acostada do rincão do campo, até altura que faz quadra procurando o rumo da porteira da contrada e por esta diante té

bater na primeira vertente do lado esquerdo, e subindo por esta mesma vertente acima até sua cabesseira, e desta cabesseira tirar-se há uma linha recta até a cabesseira de outra vertente mais de cima que fica em frente á cabesseira do supra dicto rancho queimado, de cuja cabesseira ao lado esquerdo, fazer-se ha quadra e tirar-se há uma linha recta a bater na mesma vertente do rancho queimado : cujo campo e matos assim demarcados, faço fiel doação para patrimônio da Capella de Sant'Anna, seja erecta Freguesia dentro em seis annos...” Fazenda do Monte Alegre. 23 dezembro 1843 (17).

VI – Pela Estrada do Sobradinho até o Rancho Queimado (jornal O Diário da Serra, em 11 de abril de 2006)

Onde era a Estrada do Sobradinho?

Começamos firmando uma referência: o documento vem assinado com domicílio na Fazenda Monte Alegre, localizada nos fundos da zona noroeste do Município de Botucatu. Isto vai implicar, para efeitos de análise, que todas as referências feitas pelo Capitão o foram descritas a partir daquele ponto. Quem escreveu, pensou a partir do Noroeste e olhando para as referências geográficas de Sudeste. “Olhava-se” dos fundos da Serra de Santo Inácio para as bordas da Cuesta. Os autores da doação e todos quantos lá estiveram naquele dia pensavam as referências geográficas a partir dali. Este fato vai ser de muita utilidade para entendermos – inteiramente – o que os autores do documento queriam dizer. Vejamos, então:

“...no qual entrando pela estrada do Sobradinho quase a entrar ou depois de entrar um bom pedaço...”

Assim fala a doação feita pelo capitão José Gomes Pinheiro, em 23 de dezembro de 1843. Consideremos que, ao descrever a estrada, falava a partir da Fazenda Monte Alegre, conforme ele mesmo assina, ao final. Assim, é legítimo considerar-se que o viajante imaginário (personagem fictício de sua doação) que “entrasse” pela estrada do Sobradinho estaria “transitando” das terras do Capão Bonito (a Oeste) para o front da Cuesta (a Leste).

Sempre houve uma estrada assim, que conduzia dos arranchamentos do Capão Bonito (atual Distrito de Rubião Junior) ou dos lugares e fazendas que lhe ficassem a Oeste, para os rumos das bordas da Cuesta. Essa estrada está descrita em 1843, em uma das sindicâncias mandadas realizar pelo Governo Provincial, para atestar as afirmações contidas na petição de criação da Freguesia feita por Felisberto Antonio Machado, em 1840. (18) O texto de uma das sindicâncias (aconteceram duas naquele ano de 1843), foi localizado pelo Arcebispo Emérito, membro da Academia Botucatuense de Letras e historiador, Dom Vicente Marchetti Zioni, nos arquivos da Cúria Metropolitana de S. Paulo; vem datado de 20 de março de 1843 e diz: *“com efeito o lugar...é próprio para uma Freguezia...e por ficar na embocadura de*

uma estrada que parte para Constituição ou para Minas Gerais...” (19) Essa tal embocadura que o documento se refere era uma espécie de ponto onde se encontravam caminhos: o que vinha de Itapetininga, subindo a Serra pelos lados de Pardinho e procurava atingir o Rio Tietê, para atravessá-lo junto à barra do Rio Lençóis, de onde os viajantes buscavam atingir as prósperas terras do Nordeste de S. Paulo e Minas Gerais. E outro caminho que, do arranchamento existente no Capão Bonito, saía e buscava varar a Cuesta a leste, descê-la, atravessar o Tietê e chegar a Constituição (atual Piracicaba) (podendo daí, também, rumar para as Minas Gerais, através de S. Carlos do Pinhal e Franca). É deste último caminho que fala o documento do Capitão, chamando-o de “estrada do Sobradinho”, procurando descrever o pedaço de estrada para que, os que lessem sua doação, entendessem o trecho de terras que pretendia doar, com alguma referência conhecida pelos viandantes: chamou de “*a estrada do Sobradinho*”. Os botucatuenses que desejarem conhecer essa estrada poderão vê-la, ainda hoje, em parte, pois ela foi interrompida parcialmente, tempos atrás. O que restou dela conduz dos altos do Jardim Tropical, para os lados de Rubião Junior e permanece exatamente como há um século e meio atrás (pelo menos), porém, hoje, ladeada por chácaras de recreio. Vale a pena visitá-la. É o mesmo “caminho do meio” ou “de dentro” que vai citado em um dos capítulos da Revista da história, 2000, disponível em ybytucatu.net.br (20)

“...ou depois de entrar um bom pedaço faz um pequeno boqueirão entre duas vertentes, onde há um rancho queimado no lado direito...”

A Estrada do Sobradinho, ou Caminho de Dentro saía do Capão Bonito, buscando inicialmente o sul, desviava-se para leste descrevendo uma grande e aberta curva, desenhando uma ferradura, para subir uma colina longa, em rampa bem inclinada, constante e retilínea, até atingir o topo da elevação. Se, naquela época, existisse a Rodovia Domingos Sartor, diríamos que a estrada do Sobradinho caminhava paralela a ela, porém escalando o espigão e procurando galgá-lo, longe dos campos e dentro da mata. Quando, enfim, desponta do meio das ramagens altas que lhe bordam as laterais, já está no ponto mais alto da colina, de onde é possível avistar toda a cidade de hoje (é uma das mais fascinantes visões da cidade, principalmente à noite). É aí que fica, hoje, o loteamento Jardim Tropical. Aquele caminho antigo, pelo que se lê da documentação deixada pelo Capitão, via-se diante de novo obstáculo e procurava contorná-lo desviando à direita, descrevendo um longo arco, que conduzia o viajante, lentamente e por terras secas, para desviar do vale da primeira água. Desviando, através desse artifício, o viajante continuava o seu curso para leste, ingressando no território onde hoje está a cidade, via Vila S. Benedito. É exatamente naquele topo do espigão, onde o caminho tomava rumo do sul para descrever o longo arco, que, imaginamos, ficava o rancho queimado – referência constante do documento, efêmera para um documento secular, mas pragmática para aqueles dias.

Sol". O "Vale" é o único boqueirão, daquelas redondezas, que tem dentro de si duas nascentes. Elas nascem, realmente, dentro do Boqueirão, mas em posição que permite usá-las como referencial de começo e fim do mesmo boqueirão. Ou seja, o Boqueirão está entre as duas vertentes como diz o documento de doação. Fotografias aéreas mostram que, dos paredões do Boqueirão do Vale, nos fundos do Condomínio, descem as águas de duas vertentes. Em uma delas, a do lado noroeste, deságua uma outra, pequeníssima vertente, tributária. Estas duas vertentes acabam por formar os lagos ali existentes, hoje, e, pouco mais abaixo, encontram outra, descida dos fundos do Vale do Sol, que atravessa todo o lado sudoeste do Boqueirão e, depois de varar longo trecho, chega à propriedade do escritor Francisco Marins, para embelezar o Sítio do Taquara Poca, criação do romancista botucatuense, para materializar suas estórias dirigidas ao imenso publico infanto-juvenil. Juntas, essas águas saem do Vale do Sol (Boqueirão), atravessam por debaixo da Marechal Rondon e reaparecem do outro lado com o nome de **Córrego Água Fria**. Esta é a água e este é o fundo de vale que a Estrada do Sobradinho procurava contornar.

VIII - Pronto, o Capitão descreveu o ponto em que deveria começar a Doação. Ela vai começar agora.

como até hoje. Depois, com o início do Recanto Azul, procedeu-se a construção de um aterro e entrada pela rua Coronel Fonseca. Mas o Córrego está, no essencial, o mesmo.

“...sempre pela água mais acostada do rincão do campo...”

Mesmo sendo o Córrego Água Fria o único a se formar ali, para consubstanciar o argumento de que ele é o **fió da meada** para começar a demarcar as terras da doação, vamos buscar suporte em outro documento. É que, agora, precisamos definir com exatidão o que é, e qual é, esse **“rincão de campo”**.

IX – A Preciosa geografia da “Invernada das Laranjeiras” (jornal O Diário da Serra, em 12 de abril de 2006)

O advogado Antonio Gomes Pinheiro Machado fez a defesa do casal José Gomes e Anna Florisbela, contra a invasão de suas terras pelos herdeiros de Joaquim da Costa e Abreu. Elaborou então, 1846, o melhor e mais pormenorizado documento que se tem sobre a geografia do lugar em disputa.

Um documento esquecido da nossa História

Porquê, documento tão importante e rico em detalhes – como é o caso do **“Libelo”** em defesa do capitão José Gomes Pinheiro e sua esposa Anna Florisbela, datado de 1846, esteve esquecido tanto tempo? Mesmo sem ter sido citado, fica muito claro que o autor da Revista A Cruzada, de 1928, poderia ter conhecido os termos do Libelo. E foi com ele que trabalhamos na realização do texto **O Cenário**, na primeira revista da História (*), em 2001, depois que uma cópia do original foi-nos fornecida pelo engenheiro Paulo Pinheiro Machado Ciaccia. É a esse documento, tão valioso, que vamos apelar novamente. (21)

(*) **Observação em 2019:** O acesso a essa publicação, Revista da História n. 1, pode ser feito pelo endereço www.ybytucatu.net.br, indo depois para História de Botucatu, e aí então para Revista da História.

INSTITUTO DE HISTÓRIA - SP
 AUTENTICAÇÃO
 Este Certificado Original
 26-JUL-1994
 Serviço de Epigrafia
 SEÇÃO DE EXPEDIENTE

Por Libelo Civil d'acção Timida
 Reguenderum, e de Manutenção
 de um pr. de terras obedi. José José
 Pinheiro, e sua m. D. eterna e herid.
 da de Cláudia Machado, con-
 tra os seus Mr. José de Aguiar, seu
 gen. João de Aguiar, seu
 Meir. Larain, e suas mulheres q
 sita no m. lha, via de Direito
 e seguinte
 C. S. P.

P. P. que os atos são verdadeiros, e p. p. d'uma
 venda de campos de oriz, e terras lavradas em de-
 ma do Serra de Botucatu, d'este Distrito, q' aucta
 por titulo de compra, a' mais de 30 annos do f. p. do
 Sr. João Pires de Almeida Tangua, e sua m. fa-
 cendo parte d'ella a herança de nomeada
 L'opon Penito. Doc. 8^o
 20

Observação em 2020: Duas publicações muito relevantes para a história de Botucatu, o livro de Trajano Pupo e Paulo Pinheiro Machado Ciaccia (As primeiras Fazendas da Região de Botucatu, 2005) e o livro de Paulo Pinheiro Machado Ciaccia (A Freguesia de Botucatu e os Oragos, 2018), tocam no assunto, discutindo o conteúdo do Libelo, embora repetindo a mesma perspectiva da Revista de 1928. Mas já é algo muito relevante, o tema entrou para a história local, seja qual for a visão do polemista.

O advogado Antonio Gomes Pinheiro Machado, radicado em Itapetininga, deu entrada no Fórum daquela cidade, em 1846, com uma petição para que a Justiça da época acatasse as razões de seus representados a fim de dirimir a imensa confusão criada com as constantes querelas havidas com os compradores das terras dos herdeiros de Joaquim da Costa e Abreu, que vinham resistindo em aceitar demarcações que os proprietários (O capitão e sua esposa) vinham tentando fixar. Cada qual queria demarcar as divisas ao seu jeito, a partir da famosa porteira, e os “valos” saídos dessas tentativas, hora eram interrompidos, por força da lei, hora eram interrompidos por conta de que os donos das terras as haviam vendido a novos compradores. Os representados julgavam que faltava uma definição oficial que fizesse valer antigos acordos já feitos em juízo, entre os proponentes da ação, Cap. José Gomes Pinheiro e Sua Esposa e os herdeiros de Joaquim da Costa e Abreu.

Ao escrever seu arrazoado, o advogado Antonio Gomes Pinheiro Machado nos legou um dos mais completos, senão o mais completo documento descritivo do sítio onde ocorreram os acontecimentos envolvendo os litigantes. Por isso, esse documento ficou sendo rico em detalhes, fornecendo-nos desde a localização das terras disputadas, com suas configurações geomorfológicas, bem como os espaços componentes dessas terras, com seus nomes, limites e proprietários. *Seria bom, portanto, reler o texto de **O Cenário(22)** e, se possível, **O Libelo.(23)** O primeiro servirá para se chegar a um consenso de que a região em questão, onde tudo se passou, é realmente a área do entorno do morro do Capão Bonito, no atual subdistrito de Rubião Junior. O segundo, parágrafo a parágrafo, esmiúça cada palmo de chão. Procurando reforçar, ainda mais, a delimitação da área, ler o **requerimento de Felizberto Antonio Machado, de 1840 (24)**, na íntegra, porque nos dará condições de aferir, ainda mais, as referências. Neste, já está incluída a descrição do lugar onde ele dizia estar construindo a Capela para dar forma à Freguesia desejada.*

X - Então, consultando o “Libelo”: Que rincão de campo era esse?

parágrafo 7º

“...que do Serro do Capão Bonito e suas vizinhanças, vertem alguns arroios bordados de matta, que forma uma Restinga, a qual segue em direção à mata geral, que começa á altura da Porteira supradicta, tendo de hum lado o Rincão de Campo hoje chamado da Capella e de outro lado outro Rincão de Campo, que também foi de propriedade dos AA, e por elles vendido a José Antonio Pereira...”

Este trecho do Libelo é um dos mais amplos ao descrever a realidade do lugar, atribuindo denominação clara para cada canto dele. Aqui estão: o Morro do Capão Bonito (25), chamado Serro (26); o córrego formado por nascentes (chamadas arroios), que desciam daquele Morro e formavam, juntos, o que os suplicantes chamavam uma Restinga (27) ou sanga (28) correndo do dito morro até a mata geral e, finalmente, dizendo com todas as letras que, a Restinga dividia a Invernada do Capão Bonito (Laranjeiras) em dois rincões de campo: um chamado “da Capela” e outro chamado apenas de “rincão de campo”...vendido a José Antonio Pereira.

Já vimos que o documento de doação, de 1843, (a doação feita pelo Capitão e sua esposa Anna Florisbela) procurando descrever os limites que

pretendia doar ao patrimônio de Santana, afirma que se descia “**sempre pela água mais acostada do rincão do campo...**”

Ora, o “rincão de campo” mais próximo do veio d’água que descia do boqueirão (onde começava a vertente do rancho queimado) era o vendido a José Antonio Pereira, caso contrário, o documento, seguramente, nos garantiria que o veio d’água referido seria o mais próximo do Rincão da Cerca Velha ou da Capela. Por isso, o veio d’água que descia bordejando o Rincão de Campo, que ficava dentro da Invernada do Capão Bonito, que era dividida por uma Restinga e que tinha outro Rincão de Campo conhecido como “da Cerca Velha” ou (na época) como “da Capela”, era, de fato, o mesmo Córrego que hoje é conhecido como Córrego da Água Fria. A configuração continua combinando.

-XI- Onde ficava a Porteira, afinal?

Voltando à doação do Capitão:

“..., até a altura que faz quadra, procurando o rumo da porteira da contrada...”,

Agora precisamos encontrar o exato lugar onde se erguia a porteira. A tal que foi motivo de tanta polêmica e que, no documento original arquivado no Cartório do Antunes (*), é chamada de Porteira da Contrada. Para isso nada melhor que o velho Libelo para nos ajudar. Ali, em parágrafos diferentes, o advogado Antonio Gomes Pinheiro Machado vai nos dando indícios de onde se localizava a tal.

(*) OBS em 2019 – Livro de notas nº 1, Cartório do 1º Ofício de Notas e Protesto.

parágrafo 4º

“P.P. que estabelecendo o finado Costa sua morada no começo da matta, immediatamente collocou hua Porteira em o lugar onde começa a matta de cultura, e sendo aí (não há certeza do que está escrito neste trecho) d’um Rincão da Invernada do Capão Bonito e como logo se desmoronasse a Porteira, mandarão os AA reidifical-a, más foi destruída pelos filhos, e genro do finado Costa /sendo vivo este/”

P.P. que estabelecendo o finado Costa sua morada no
começo da matta, immediatamente collocou hua Porteira
em o lugar onde começa a matta de cultura,
e sendo aí d’um Rincão da Invernada do Capão Bonito e como logo se desmoronasse a
Porteira, mandarão os AA reidifical-a, más foi destruída pelos filhos, e genro do finado
Costa /sendo vivo este/ Doe. 12550 e 60

Quando estes fatos descritos no parágrafo 4º se dão, já há oito (8) ou nove (9) anos, Joaquim da Costa e Abreu havia se estabelecido na matta contígua à Invernada do Capão Bonito, procurando obter autorização dos proprietários da invernada para tal. Não foi aceito e isso fica bem claro no parágrafo 3º do Libelo”:

parágrafo 3º

“P.P. que somente a oito para nove annos veio estabelecer-se na matta contigua a Invernada do Capão Bonito, que a divide da Fazenda do Sobradinho, o finado Joaquim da Costa e Abreu, que primeiramente procurou obter o assentimento dos AA, os quais francamente lhe disserão que só deffendião aquillo que haviam comprado”

3º
P.P. que somente a oito para nove annos veio estabelecer-se na matta contigua a Invernada do Capão Bonito, que a divide da Fazenda do Sobradinho, o finado Joaquim da Costa e Abreu, que primeiramente procurou obter o assentimento dos AA, os quais francamente lhe disserão que só deffendião aquillo que haviam comprado

Mas Joaquim da Costa e Abreu fixou-se assim mesmo, nas bordas de uma imensa mata que (segundo este terceiro parágrafo do Libelo) separava a Invernada em disputa, da Fazenda do Sobradinho. Fica definido e muito claro que, quando o documento de doação (o de dezembro de 1843) fala em Estrada do Sobradinho, embora não o faça, referia-se a uma estrada que conduzia do Capão Bonito a uma Fazenda chamada Sobradinho. E, pelo parágrafo 4º, acima, também se fica sabendo que quem colocou a Porteira foram os proprietários (Capitão José Gomes Pinheiro e Anna Florisbela), com o intuito de limitar o acesso às terras da invernada e às águas da restinga. Mesmo assim não haviam obtido sucesso em afastar da área o mineiro Joaquim da Costa e Abreu, que, como se vê, estabeleceu-se depois da restinga e no começo da mata geral, que ficava entre a Invernada do Capão Bonito e a da Fazenda do Sobradinho.

XII – Então! E a Porteira? Que pistas o documento nos dá?

O Libelo nos dá duas pistas sobre a localização da porteira: a primeira quando mostra que a porteira foi erguida ao final da Restinga, depois desta cruzar os dois rincões de campo, e a outra, quando diz que a Porteira ficava a meia encosta, no início da mata geral. Vamos ver como é isso:

parágrafo 8º

“P.P. que os AA jamais consentiram que na Restinga, que vista do Serro, até a altura da Porteira, alguém arranxasse, chamando a juízo aquelle que a começavão a cultivar, desistindo todos de suas pretensões por reconhecerem senhores dela os AA, e só por favor tem consentido a algumas só para trabalharem - entretanto”

**“ERA POSSÍVEL
VER A RESTINGA,
DO SERRO
ATÉ A PORTEIRA!”**

Neste parágrafo os proponentes da ação afirmam que a Restinga cruzava toda a área em disputa, ligando o Serro do Capão Bonito à Porteira, atravessando a Invernada de ponta a ponta. A Restinga, correndo lentamente, em declive pouco acentuado, bordada de matos pelos dois lados servia todo o

campo nos seus dois rincões, com aguadas necessárias ao gado e às plantações. Formava o que, hoje, se chama de várzea: terras baixas, encharcadas e com aguadas que se esparramavam aqui e acolá. Formada pelos dois ou mais arroios que escorriam do Morro do Capão Bonito, seguia até a altura da tal Porteira.

Ora, um riacho não deságua numa porteira! E, se o documento julgou próprio citar a Porteira como referência para o ponto final de seu curso, não seria nada absurdo afirmarmos que a Restinga caminhava até desaguar num riacho maior, **tomando-o na altura ou direção em que estava colocada a Porteira, ou perto dali.**

Foto a partir do Morro de Rubião Junior (antigo Cerro do Capão Bonito)

Do Serro do Capão Bonito, como nos diz o documento (O Libelo), podia ser vista a Restinga...até a altura da Porteira. **Mesmo não tendo dito, claramente, é lícito concluirmos por duas coisas:** A porteira, também, podia ser vista do Serro e, em segundo lugar, se a Restinga não tomava a “água mais acostada do rincão de campo”, defronte à Porteira, estava perto disso. Por esta razão torna-se possível afirmar que a Porteira estava exatamente na altura em que a Restinga chegava à “água mais acostada do Rincão de Campo.”

Essa Restinga, nos dias de hoje chama-se Córrego Cascatinha e é formada por pequenas nascentes que brotam no Morro de Rubião Junior ou proximidades e, unidas, caminham para encontrar o Córrego da Água Fria, na altura da Vila Aparecida e Recanto Azul. Segundo velhos moradores, o assoreamento empurrou esse encontro das duas águas mais para baixo. A tomada de águas que o “Córrego Água Fria” faz, recebendo o volume que desce do “Cascatinha”, acontece na altura da Rua Coronel Fonseca, ou Pinheiro Machado, ou entre as duas, hoje. É aí o ponto em que o documento de doação, feito pelo Capitão José Gomes Pinheiro, dizia que:

XIII – E a Mata Geral, onde começava???

Voltando à doação de 1843:

“... até a altura que faz quadra, procurando o rumo da porteira da contrada...”

A doação dizia que os limites das terras doadas desciam sempre pela água mais acostada do rincão de campo, **“até a altura que faz quadra”**. O que significaria isto? “Altura que faz quadra...” significa que, de um determinado ponto ou lugar, uma reta ou linha imaginária se dobra, em ângulo reto ou “quadrado”, tomando novo rumo. E o novo sentido era claro: **“... procurando o rumo da porteira da contrada”**.

Se a porteira em questão ficava, como vimos, na direção aproximada do ponto onde a Restinga desaguava no Água Fria, é de se supor que, nesse ponto, a doação rumava para a direita e começava a subir a encosta procurando pelo rumo onde havia sido colocada a Porteira. Onde, perguntamos mais uma vez?

Apelando de novo ao Libelo de 1846:

parágrafo 4º

“...que estabelecendo o finado Costa sua morada no começo da matta imediatamente collocou hua porteira em o lugar onde começa a matta de cultura e (não há certeza do que está escrito neste trecho) dum rincão da Invernada do Capão Bonito, e como logo se desmoronasse a Porteira, mandaram os

AA reidificá-la, mas foi destruída pelos filhos e genro do finado Costa, sendo vivo este...”

parágrafo 7º

“...que do Serro do Capão Bonito e sua vizinhanças descem alguns arroios bordados de matta, que forma uma Restinga e que segue em direção à matta geral, que começa à altura da Porteira supradicta...”

Porteira e mata geral funcionavam como referências de final de caminho para a Restinga. Uma estava onde outra começava. Logo, presume-se, a sinalização que estamos acompanhando apontava que, **descendo-se pela água mais acostada do rincão de campo, até às proximidades da foz da Restinga, onde dobrava em quadra, procurando o rumo da Porteira, que ficava no começo da chamada mata geral.** Se a Porteira ficasse tão próxima do encontro das águas dos dois ribeirões (restinga e água mais acostada do rincão de campo) não haveria necessidade do documento sinalizar que ali a delimitação deveria **fazer quadra procurando o rumo da Porteira.** É perfeitamente lógico supor-se, então, que **o início da mata geral ficasse a meia encosta** e a porteira, ali colocada, estivesse alinhada ao ponto em que a Restinga tomava o Córrego que descia (“**a água mais acostada do Rincão de Campo**”).

entre a Coronel Fonseca e Pinheiro Machado. Dali para frente o “viajante imaginário”, personagem da doação, ingressaria na “**mataria**” conhecida como “**mata geral**”, sob controle dos Costa, com o objetivo de, escalada a colina, vencer o espigão, cruzá-lo e descer buscando o fundo do vale da próxima água. Aqui, o documento de doação é inequívoco: refere-se à primeira vertente do lado esquerdo. Aqui e em todo o documento, a doação foi feita contando as águas de Oeste para Leste e, ao chamar a vertente seguinte, como “primeira vertente do lado esquerdo” reproduz o critério de nomear margens e rios considerando os olhos do observador voltados para as nascentes. Assim, a margem esquerda do Tietê é a que fica do lado de Piracicaba, Jahú e Barra Bonita; ou, a margem esquerda do Lavapés é a que fica do lado do Bairro Alto, Boa Vista, Vila Maria e etc; Não é um critério comum, mas existe. Depois de descer pelo Córrego Água Fria (o documento é inequívoco ao dizer que se “descia pela vertente mais próxima ao rincão de campo”), dobrar em quadra buscando o rumo da Porteira, ir adiante, depois dela, até a primeira vertente da esquerda, a doação somente poderia estar se referindo ao **Córrego Tanquinho**.

XV – Pelo rio Tanquinho até sua nascente

“, e subindo por esta mesma vertente acima até sua cabesseira...”

Se o que estamos descrevendo é verdadeiro, a vertente que o viajante imaginário deveria subir é o Córrego Tanquinho, até a sua cabeceira. Ainda hoje é possível fazer isso. Poluído durante muito tempo, o Córrego Tanquinho está praticamente com suas águas limpas. Há tempos atrás, suas nascentes estavam localizadas mais acima do que estão hoje. Os aterramentos, efetuados para a urbanização e asfaltamento da Vila Santa Luzia, forçaram que as nascentes brotassem mais abaixo, estando hoje localizadas pouco abaixo da rua Maestro Salim Kahil, no trecho compreendido entre esta e a Prudente de Moraes.

Mapas de 40 anos atrás mostram que as nascentes (eram três) brotavam cem metros acima, ou pouco mais que isso, esgalhando-se para três diferentes lados.

Hoje em dia, no meio de um bosque em formação, as vertentes que formam o Córrego Tanquinho estão dentro de um futuro Parque Ecológico Municipal, de vez que as terras de seu entorno foram negociadas pela atual administração.

Observação de 2019: esta ideia não se concretizou. Em todo caso o espaço permanece ali, pressionado pelas construções no seu entorno.

“...e desta cabesseira tirar-se ha uma linha recta até a cabesseira de outra vertente mais de cima que fica em frente á cabesseira do supra dito rancho queimado...”

Chegado ao Ribeirão Tanquinho o viajante imaginário **subiria** por este até sua cabeceira. Dali, em linha reta até a cabeceira de uma outra vertente. Neste caso o documento não julgou necessário utilizar nenhuma outra expressão que definisse rumo, preferindo um lacônico “tirar-se há uma linha reta”, o que leva a supor que o rumo a ser tomado fosse exatamente o que já vinha sendo seguido pelo leito do Ribeirão Tanquinho, ou próximo disso. Ou seja, nada de virar em quadra, tomar a esquerda ou outras expressões que o documento utiliza em outros pontos. Não! Apenas e simplesmente: **“tirar-se há uma linha recta até a cabeceira de outra vertente mais de cima...”**.

XVI – E a “Vertente mais de cima”, qual seria???

Que vertente seria essa? Em primeiro lugar, deveria ser uma vertente que brotasse no mesmo alinhamento ou próximo dele, respeitado o rumo que o Tanquinho obedece: nordeste/sudoeste. Em segundo lugar convém que consideremos a expressão *“...até a cabesseira de outra vertente mais de cima...”*.

Consultando uma fração da planta da cidade de Botucatu, datada de 1969, e presente no IBGE de Botucatu, veremos que: a) no mesmo alinhamento seguido pelo Tanquinho e mais acima dele, (ou seja) em posição mais elevada no terreno, iremos encontrar algumas opções para escolher a tal vertente mais de cima:

- 1) Há ali um córrego que, nascendo próximo à Vila São Benedito, e à Chácara do Sacae Watanabe, corre para buscar o Ribeirão Lavapés, tomando-o na altura do antigo Campo de Futebol do Rodoviário

Atlético Clube, varando toda a Vila Assumpção e correndo paralelo ao trecho urbano da Rodovia Marechal Rondon, depois de vencer as dificuldades criadas pelo aterro da parte urbana da Rodovia Castelinho, junto ao trevo onde as duas Rodovias se cruzam.

2) Há também, mais adiante, nos fundos da Cooperativa Agrícola de Cotia, uma outra nascente, colocada junto aos loteamentos Riviera e Santa Elisa. Essa vertente nasce no mesmo espigão que tem as vertentes do Córrego Água Fria (vertente do Rancho Queimado), mas interessante, suas águas correm no sentido contrário, e hoje, atravessam por debaixo da Rodovia de Acesso João Hipólito Martins (Castelinho) e vão formar, dentro da área de Preservação Estadual (onde existe a Escola do Meio Ambiente) o Ribeirão Lavapés.

OBS: (2014) Hoje, nas cabeceiras dos córregos, tudo está muito mudado. Acrescente-se as últimas movimentações de terras para formar o terraço que abriga o shopping e as movimentações que foram feitas a noroeste da Estrada antiga de Itatinga e Avaré, na Avenida Nicola Zaponi, para dar lugar ao Hospital do Câncer que o escritor e romancista Francisco Marins está edificando, bem como o novo Residencial Montana (ambos, em implantação)

No vertedouro tudo está mudado. Essa é a realidade de hoje, passados quase 200 anos dos fatos e quarenta das primeiras movimentações de terra para abertura da variante da Marechal Rondon, com o fito de fazê-la passar por fora da cidade de Botucatu. Outras tantas alterações acontecidas no mesmo local, na década de 1970 do século passado, para que fosse efetivado o cruzamento do acesso da cidade à Castelo Branco e, mais, quando esse cruzamento foi duplicado, provocaram o alargamento das pistas e o aumento dos aterros adjacentes a essas rodovias. Ademais, os loteamentos daquelas imediações provocaram grandes movimentações de terra, assoreando córregos, soterrando nascentes e movimentando de lugar os vertedouros. Por isso, o resultado visto hoje, esconde a realidade anterior.

OBS: Na verdade a “vertente mais de cima”, a que estamos discutindo agora, nascia longe dali, (segundo o levantamento de 1969) dentro da Vila Real, portanto, cerca de 150 metros ou mais, a oeste de onde aflora hoje. E, sem dúvida, ficava mais perto e “*em frente a uma outra vertente*”. É o que veremos agora.

Porém, há um detalhe em tudo isso, que chama a atenção e poderá nos ajudar. É o trecho em que a doação diz com todas as letras que a vertente mais de cima “...que fica em frente à cabeceira do supradicto rancho queimado...” era a escolhida para se chegar quase ao fim da área em questão. Este final de definição da localização da vertente “mais de cima” mostra-se extremamente eloquente, porque encerra uma frase que utiliza três outras informações, todas necessitando combinar com a realidade: a) a vertente ficaria no mesmo alinhamento do Tanquinho; b) a sua cabeceira deveria estar mais acima e; c) ficar em frente á cabeceira dito rancho queimado, início e fim da doação.

Consultando novamente a foto aérea e o mapa, veremos que confere: da cabeceira do Tanquinho também se poderia passar para a vertente número dois (2), com a vantagem de que, ela sim, nasce mais próxima e “...em frente à cabeceira do supradicto rancho queimado...”.

E, um detalhe mais intrigante ainda: ali, naquele espigão divisor de águas, fica uma antiqüíssima via que, de Botucatu, conduzia para Itatinga e Avaré (antiga Rio Novo), assinalada nos mapas mais antigos, hoje chamada rua Nicola Zaponi. Ela corre pelo espigão, deixando em ambos os lados vilas e nascentes. Ou seja, desde tempos imemoriais era por esse espigão que os homens seguiam e conduziam seus animais e tralhas.

Assim, essa vertente seria digna de ser considerada pelos que estudam a matéria, a segunda vertente mais adequada – a que demos o número 2 - já que ela, nascendo no espigão ou próximo do espigão por onde passa a rua Nicola Zaponi (que bem pode ser considerada uma avenida), defronte a uma das nascentes do Córrego Água Fria (Vertente do Rancho Queimado), está muito mais próxima que a outra, podendo ser considerada, como queria a doação, nascendo “...em frente à cabeceira do dito Rancho Queimado”.

XVIII - E se não fosse ela? Hipótese n. 2

Mapa da hipótese n. 2

OBS de 2019: A ligação entre uma das vertentes do Córrego Tanquinho estaria buscando, uma das vertentes do Córrego Debruado (“mais de cima”). Para efeito de entendimento, não deixar de notar que neste caso a imagem está colocada em sentido

contrário à de outros mapas. O mapa foi utilizado invertido. O córrego Debruado é o que desce da Vila São Benedito, buscando o Lavapés.

Mas existe uma outra possibilidade, e nesse jogo nada deve ficar de fora. Por exemplo: Nos mapas mais antigos, como esse que estamos consultando, existem outras duas vertentes, de frente uma para outra, e em posição superior às nascentes do Córrego Tanquinho.

Em tempos anteriores à abertura da variante da Rodovia Marechal Rondon (que desviou o trânsito de veículos pesados que passavam por dentro da cidade, rumando para S Paulo ou, no sentido inverso para o Mato Grosso), elas, as vertentes, ladeavam a mesma antiga via (hoje rua Nicola Zaponi e ficavam dentro da atual Vila São Benedito).

De um lado, a nascente do córrego que chamamos de n. 1 (o que termina no Ribeirão Lavapés, junto á garagem da prefeitura e que em outros tempos tinha pelo menos três vertedouros que o formavam). De outro, uma outra vertente, que nascia dentro da Vila São Benedito, no espigão que fica atrás da atual “incubadora de empresas”, e corria para alcançar o Água Fria, ainda dentro do Vale do Sol. (o tal boqueirão).

Para aceitar esta segunda hipótese de fechamento da área doada, o “rancho queimado” deveria ficar nas proximidades desta segunda vertente (a que desce para buscar o Água Fria) e ladeando a rua Nicola Zaponi (trecho hoje urbano, da antiga estrada do Sobradinho).

Esta segunda vertente sobrevive dentro do Vale do Sol. Uma de suas nascentes, que ficava do outro lado da estrada (Mal Rondon), desapareceu durante os aterramentos e cortes de taludes para abrir a Rondon, no trecho defronte ao Vale do Sol. Mas ali, em meio a uma pastagem, e nos fundos da Incubadora de Empresas, está um “capão de mato” que denuncia a existência dessa brota de terra, desaparecida.

Talvez, quem sabe?

Longo tracejado procurando ligar uma das nascentes do Tanquinho à “Nascente do Rancho Queimado”.

XIX - De volta À Vertente do Rancho Queimado

No espigão por onde corre a rua Nicola Zaponi, vista no mapa, e também, cruzando o Parque Imperial (parte direita baixa da figura, e circundando o projeto Madre Marina Videmari) e, posteriormente, passando entre duas vertentes (uma de frente para outra), nasce o Córrego Água Fria. Ali, nesse caminho e lugar, ficava a vertente do Rancho Queimado, na realidade uma das vertentes do Córrego Água Fria.

“...de cuja cabesseira ao lado esquerdo, fazer-se há quadra e tirar-se há uma linha recta a bater na mesma vertente do rancho queimado:...”

Novamente, voltando os olhos para o mapa e para a nascente da água referida como sendo “vertente mais de cima”, vamos verificar que o lado esquerdo combina com o ponto em que o documento diz devesse partir uma linha reta, em quadra. Aqui o documento julga necessário dar duas informações: a reta deveria sair da margem esquerda, ou lado esquerdo, do córrego e seguir no rumo em quadra, ou seja, dobrar com acentuado grau, ou quadrado ou ângulo reto ou próximo disso.

Daquele ponto, para atingir o nascedouro da “Vertente do Rancho Queimado” (atual principal formadora do Córrego Água Fria), localizada no ponto mais fundo do Vale do Sol, e a mais próxima do Jardim Santa Elisa e à beira da Av. Rubens Rubio da Rosa), seria necessário uma acentuada inflexão de rumo.

Assim, **concluimos**, a Vertente do Rancho Queimado nascia, em 1969 (época em que a planta cartográfica do IBGE foi elaborada) de uma altura de perto de 931 metros, e é a do fundo do Vale do Sol;

Brotando a poucas centenas de metros ao lado, encostada ao bairro Jardim Riviera, porém descendo pelo outro lado do espigão estava a “vertente mais de cima, que ficava em frente à cabeceira da vertente do rancho queimado”.

Em 1843, quando o Capitão José Gomes Pinheiro faz a doação, tornou-se o primeiro benfeitor desta cidade, fazendo jus ao título de seu fundador, ao doar uma gleba de terras para formar o patrimônio da Freguesia, a Estrada do Sobradinho passava, como vimos, pelo espigão, no meio das duas vertentes e contornando o “boqueirão”.

--Fim da doação --

XX – “Quando tudo acontecia ao redor da Matriz”

Considerações à margem do Depoimento de J. J. Barbosa de Carvalho, publicado na Revista A Cruzada Brasileira, em 1928

(jornal O Diário da Serra, em 14 de abril de 2006)

Um dia,...Os fatos!!! Quem sabe?

Um dia, quando novas provas surgirem, e tudo isso que temos comentado, por estas páginas, se tornar tão cristalino, a grande pergunta que se fará e deverá ser respondida pelas futuras gerações de nossos historiadores, é a seguinte: Se a doação feita em 1843 limitou-se às terras compreendidas entre o Córrego Água Fria e o Tanquinho, tendo como espigão o ponto mais nobre da atual Avenida Vital Brasil, porque a cidade não vingou ali?

Quanto tempo vai se passar para que tenhamos claro o que ocorreu entre o mês de dezembro de 1843 (data da doação restrita ao espigão da Av. Vital Brasil) e o aparecimento do núcleo povoador (urbano), ou sua consolidação em outro lugar distante dali que, por tradição popular, tem sido apontado como sendo na Praça do Paratodos e vizinhanças?

As pistas estão distribuídas por vários documentos, à espera de um olhar. A grande dificuldade, no que diz respeito à pesquisa histórica, em Botucatu, é que a cidade não tem um núcleo universitário dedicado aos vários campos das ciências humanas. Fosse isso diferente, com certeza, o surgimento constante de dissertações ou Teses de Conclusão de Curso (TCC) já teria, pela insistência e repetição, revelado as várias nuances de cada fato histórico, aclarado seus meandros e desfeito equívocos”.

Observação em 2014: “Hoje, entretanto, a cidade já está vivendo o novo ciclo do Ensino à Distância, com várias instituições colocando à disposição dos estudantes a disciplina de História, entre outras, em todos os campos do saber. Porém, os resultados, no rumo que espero, principalmente da pesquisa histórica, ainda estão por aparecer.

Nossa História fica, entretanto, na dependência de esforços voluntários, feitos com escasso suporte financeiro, e de fatos contados por versões consolidadas há longo tempo!!! Este trabalho não está livre destes males e inscreve-se nessa realidade da pesquisa histórica botucatuense, portando o pecado original dela: o de ser amador.

Anotações à margem do artigo da Revista A Cruzada Brasileira, em artigo de 1928

Para finalizar esta pequena série pelo Diário da Serra, vamos apresentar, hoje e amanhã, anotações à margem do artigo da Revista A Cruzada Brasileira, esse mesmo artigo surgido em 1928 e que tanta celeuma tem causado até hoje. Assim, vamos dividir o depoimento da Revista por pontos, e dar as opiniões que julgamos necessárias.

-A-

A Revista diz:

“...Por essa época mais ou menos o sertanejo Costa, mineiro capataz da fazenda Sobrado, de propriedade de pessoa moradora em Porto Feliz, abrindo por aqui um picadão para ir buscar uma boiada em Faxina, viu a boa qualidade das terras em que hoje assenta a cidade.”

De que fazenda estaria falando o memorialista? É lógico que esta informação ele colheu no cotidiano da cidade de Botucatu, talvez logo que aqui tenha chegado, talvez, até mesmo com os próprios Costa.

A lógica revelada neste depoimento é que, para atingir Faxina, atual Itapeva, **varando por cima da Serra de Botucatu** (antiga de Santo Ignácio), passando por aqui, só mesmo vindo dos lados do norte, de terras que hoje ficam no município de S. Manoel, Barra Bonita ou mesmo Jahú. Aí, há alguma razão para varar cá por cima, mesmo porque, pelo documento descoberto por Dom Zioni, nos Arquivos da Cúria Metropolitana de S. Paulo, era por aqui que passava o mais antigo caminho que, vindo do sul (exatamente por Faxina), demandava às regiões auríferas de Minas Gerais. Mas há outro ponto a se considerar para dar credibilidade nesta história. É que existe até hoje uma fazenda com esse nome, no Município de S. Manoel: Fazenda Sobrado.

Um ícone da História de S. Manoel, dizem ser tão antiga que teria servido de abrigo aos Jesuítas descidos do alto Tietê, em demanda ao Paraguai, durante hipotética fuga às conseqüências do seqüestro de bens ordenado pelo Marquês de Pombal. Como se vê, sobram indícios, mas faltam pesquisas!

- B -

A Revista diz:

“...Sendo estas terras devolutas, soube elle então que a fazenda Capão Bonito pertencia a José Gomes. Foi ter com este, perguntou-lhe até onde chegava a sua propriedade, e si podia “possessar” as terras que lhe attrahiram a attenção. Como nesse tempo as mattas estavam cheias de bugres que faziam mal ás criações do campo e aos moradores, o cap. Gomes disse-lhe que “possesse” o matto, respeitando o campo...”

Esta versão dada pelo memorialista é, no mínimo, estranha. Não existe documento algum em que se encontre justificativa para esta autorização. O documento que analisamos anteriormente, chamado O Libelo, escrito pelo advogado dr. Antonio Gomes Pinheiro Machado, a pedido de José Gomes e Anna Florisbela é enfático em dizer que não autorizaram a posse, ou a entrada, mesmo que provisória, de Joaquim da Costa e Abreu em suas terras. Em seu parágrafo Terceiro, dizem com todas as letras: **“...que somente a oito para nove anos veio estabelecer-se na matta contigua à Invernada do Capão Bonito, que a divide da Fazenda do Sobradinho, o finado Joaquim da Costa e Abreu, que primeiramente procurou obter o assentimento dos AA, os quais francamente lhe disserão que só deffendião aquillo que havião comprado...”**

A discussão, aqui, referia-se ao uso da Invernada, muito boa em campos de criar e aguadas. O capitão não queria mesmo dar chance à entrada de quem quer que fosse. Tanto isso é verdade que o seu advogado declara, no parágrafo Quarto do mesmo Libelo: **“...que estabelecendo o finado Costa sua morada no começo da matta imediatamente collocou hua porteira em o lugar onde começa a matta de cultura ...”** Era para que não existisse dúvida. O Capitão mandou erguer uma porteira e deixou claro que, dali para dentro de suas terras, não queria ninguém se estabelecendo. Sobre a matta, chamada mata geral, nem uma linha. Pode ser que existam outras hipóteses; talvez reveladas em outros documentos, até agora desconhecidos. Quando faz sua doação, em dezembro de 1843, para o patrimônio de Santana, o próprio Capitão declara **“...declaro mais que a divisa da porteira da contrada que confina com o finado Joaquim da Costa e seus herdeiros está decidida e**

edificada por uma sentença passada em julgado no Juízo de Paz ou de sub delegado desta Villa...”.

Este importante documento não foi achado, ainda, mas está claro que foi feito no Forum de Itapetininga. Quando ele se refere a “desta Villa” fala de Itapetininga, já que Botucatu sequer era uma Freguesia. Achá-lo e entendê-lo parece ser vital para cobrir alguns claros de nossa História. Por exemplo: por esse documento poderemos ver com que palavras o Capitão e sua Esposa fizeram o acordo para dar legalidade à posse dos Costa e quais eram, exatamente, os limites das terras das duas famílias, depois do acordo.

Outra coisa, que não fica clara por nenhum dos documentos, é a seguinte: a Matta Geral que o Capitão se refere, como o local onde os Costa se fixaram, pertencia à Fazenda Capão Bonito ou à Fazenda Sobradinho? Como se vê pelo parágrafo Terceiro do Libelo, a Mata Geral ficava entre as duas. É muito sintomático que o Capitão tenha se **conformado com o povoamento** dentro da matta e se **enfurecido com a invasão** da invernada. De novo o documento do acordo pode, perfeitamente, ser muito elucidativo sobre isso.

Por fim, duas expressões nos parecem estranhas: “*Sendo estas terras devolutas...*” Foi assim que o artigo da Revista procurou justificar o desejo de ocupá-las, da família Costa. Mas, se as terras eram devolutas, porque não iria o Capitão ocupá-las ele mesmo? Ou então, se não eram terras dele, com que razão iria o Capitão autorizar sua ocupação, dizendo ao Costa que “*posseasse o matto, respeitando o campo*”?

- C -

A Revista diz:

“...Mais tarde o capitão José Gomes teve dúvidas com Costa por causa de divisas, isto é, por causa de um rumo, que sahindo da corredeira (onde houve a machina do Russo, junto á ponte que communica com o Bairro Alto), dirigia-se para o fundo do campo do Capão Bonito, passando por uma porteira situada na rua Riachuelo (esquina Nicoletti) .

Nesta porteira que delimitava o primitivo patrimônio com as terras do cap. José Gomes, houve, segundo dizem, uma rixa entre a gente deste e a dos Costas, motivo pelo qual ficou celebre a Porteira da Contenda (a actual rua Moraes Barros deve ser mais ou menos o famoso rumo da Contenda ou da Porteira da Contenda), de interesse no foro local.”

Foto do edifício na esquina da Amando de Barros (antiga Riachuelo) com Moraes Barros, estampando antigo comércio. Aqui, o velho texto de 1928 julgava ficar o rumo da Porteira da Contenda (contrada)

Este texto, quase na sua totalidade, carece de suporte em qualquer documento. “*Quase a totalidade*”, é a expressão mais correta, porém, nem todo ele. Existem indícios de que o Articulista, como dissemos no início, talvez trabalhasse tendo “em uma das mãos a Memória de JJ Barbosa de Carvalho e na outra o texto do “Libelo”. Mesmo sendo isso verdade, fica claro que, imbuído da melhor intenção, tentou sobrepor detalhes geográficos dos documentos, sobre a realidade do centro histórico da cidade. Neste particular, diz ao final que acrescentou, por sua conta, alguns detalhes: ***“Salvo algumas confrontações com o presente e mudanças de redacção, umas e outras de nossa lavra, é este o testemunho pessoal de José Joaquim Barbosa de Carvalho, que oferecemos ao exame dos entendidos para a necessária discussão”***. (Não é impossível, no entanto, que o articulista desconhecesse por completo o texto do Libelo. Neste caso quem efetuou a sobreposição dos fatos sobre o quadrilátero do centro histórico, teria sido o próprio JJ Barbosa de Carvalho, talvez, até mesmo, reproduzindo as conversas que corriam à sua época).

XXI – Continuando a Dividir o Texto... para entendê-lo

A Revista diz:

“Mais tarde o capitão teve dúvidas com Costa por causa de divisas, isto é, por causa de um rumo, que sahindo da corredeira (*onde houve a machina do Russo, junto à ponte que communica com o Bairro Alto*), dirigia-se para o fundo do campo do Capão Bonito, passando por uma porteira (*situada na Rua Riachuelo, esquina Nicoletti*).”

Observação, acrescentada nesta edição: Rua Riachuelo era o nome antigo da Rua Amando de Barros. Nicoletti foi um comerciante de Botucatu, mas em geração inicial no Brasil, o patriarca mantinha uma barbearia, também na Amando.

As dúvidas por divisas aconteceram entre o Capitão e Joaquim Costa, motivo de demanda no Fórum de Itapetininga, como vimos acima e por citação feita em 1843, expressa no documento de doação. Convém repeti-la: **“...Declaro mais, que a divisa da porteira da contrada, que confina com o finado Joaquim Costa e seus herdeiros está decidida e edificada por uma sentença passada em julgado no Juizo de Paz ou de sub delegado desta Villa...”**

Essas demandas, ou dúvidas, que resultaram em atos judiciais, vão descritas em vários parágrafos do Libelo, em 1846. E, como vimos, também no documento da doação, em 1843. Essa tal “sentença passada em julgado”, da qual se desconhece o texto, ainda, ocorreu com o patriarca da família Costa vivo, e deve ter-se verificado entre os anos de 1837 ou 1838 a 1843 ou pouco antes disso, porque quando o Capitão José Gomes faz a doação, já declara que Joaquim da Costa e Abreu era finado. E a doação era de 1843.

O texto do artigo, no entanto, não está falando dessa primeira contenda, já transitada em julgado. A tal divisa da porteira da contrada, referia-se à posição em que deveria ficar a porteira, erguida pelo Capitão e contestada pelo próprio Joaquim da Costa e Abreu, ainda vivo. E era uma dúvida finda, como vimos, de papel passado. Vamos, então, apelar de novo ao Libelo para que nos leve novamente a dar precisão ao que afirma o artigo. Diz o Libelo que: **“parágrafo 11º -...que tendo os AA sciencia dístico**

procuraram evitar questões para o futuro estremando sua propriedade por um rumo que fizeram abrir atravessando a Restinga desde a Porteira até o Rincão de Campo que foi vendido a José Antonio...”

Quando Joaquim Costa morre, seus herdeiros dividem a posse do sítio e seu genro Francisco Antonio voltou a estabelecer-se contíguo à altura da Porteira Velha e voltou a tentar o domínio sobre a Restinga. Isto está descrito no parágrafo 10 do Libelo e revelava o receio do Capitão em recomeçar a contenda com a família Costa, pelo mesmo motivo: o domínio da Restinga. É a este fato que o articulista da Revista A Cruzada Brasileira se refere. O Capitão José Gomes, temendo problemas futuros com os herdeiros de Joaquim da Costa e Abreu, tendo já transitado em julgado o lugar da Porteira e tendo já se finado Joaquim Costa, abriu um **valo em determinado rumo**, delimitando com essa marcação o que entendia serem os limites de sua propriedade.

Sem dúvida, o Rumo a que o artigo se refere, existiu, de fato, tendo sido sua demarcação embargada várias vezes, por força de demanda judicial ou até mesmo por armas. Mas que existiu, existiu! Só não se sabe onde o articulista ou o memorialista foram buscar localização tão detalhada: “que sahindo da corredeira, onde houve a machina do Russo, junto á ponte que comunica com o Bairro Alto”.

Observação feita nesta edição: a localização a que se refere o texto anterior é a ponte que divide a Siqueira Campos e o início da Capitão José Paes de Almeida, no Bairro Alto. Ali, à esquerda de quem sobe para o Bairro Alto, junto do rio, existiu uma Roda d'Água, que movimentava um moinho, e que funcionou até os anos 1950 do século passado. Na origem, havia pertencido a Veiga Russo, em sociedade com Petrarcha Bacchi.

Vejamos a descrição do Rumo, feita no parágrafo 11º do Libelo: **“...por um Rumo que fizeram abrir atravessando a Restinga desde a Porteira até o Rincão de Campo que foi vendido a José Antonio...”** . Nada mais que isso foi dito no documento. Entende-se por ele que o Capitão, principiou na Porteira, e fixou um Rumo desse lugar, margeando toda a extensão da Restinga até atingir o rincão de Campo vendido a José Antonio. Assim, extremou suas divisas. E, como ele disputava a Restinga para si, é lógico pensarmos que o valo demarcatório estava **além** da Restinga, e **esta, dentro** das terras que seriam suas. Nada mais foi dito. Se o articulista e o memorialista descem a detalhes sobre o Rumo, buscando na geografia do centro velho de Botucatu, onde começou e onde terminou o Rumo, onde teriam ido buscar as evidências? **Uma das coisas que não explicam é onde se**

localizava a Restinga, que seria atravessada pelo Rumo e onde estaria o Serro do Capão Bonito, de onde, segundo o Libelo, desciam vários arroios que formavam, abaixo, a Restinga. O máximo que o documento se aproxima de alguma coisa parecida é, ao citar que o Rumo começava na “**corredeira onde houve a machina do Russo, junto á ponte que communica com o Bairro Alto**”.

Essa corredeira está longe de ser uma Restinga e nada mais é que uma bela sucessão de rochas em desnível, servindo de leito para o Ribeirão Lavapés. Pode ser vista ainda hoje, por quem passa, a pé, em demanda ao Bairro Alto, pela rua Capitão José Paes de Almeida. Ali sempre houve um represamento para alimentar uma roda d’água mais abaixo, que servia de força motriz para um moinho de fubá. O represamento existia à direita da ponte que liga a cidade ao Bairro Alto, pela rua cap. José Paes de Almeida e, dali, saindo por uma canaleta feita em madeira, passando por debaixo da ponte, corria a água, para alimentar a imensa roda de madeira que ficava mais abaixo, à esquerda, uns 20 metros e junto ao barranco. Isso durou até os anos de 50, pouco mais ou menos, e meninos puderam brincar dentro d’água e ao redor da roda, já então desativada.

XXII – Cada coisa no seu lugar

Alguém poderia argumentar que a **Restinga seria a Água da Boa Vista**, que vem de leste e toma o Ribeirão Lavapés, pela sua margem esquerda, na altura da Rua Velho Cardoso, atual. Onde estaria, então, o Serro do Capão Bonito, coroadado de densas matas, de onde desceriam os tais arroios, que formavam a Restinga? E se, assim mesmo, admitíssemos que o Serro seria a leste, nesse caso a geografia do lugar estaria às avessas: a Fazenda Capão Bonito ficaria onde hoje é a Boa Vista/Bairro Alto, a posse dos Costa na encosta do principal espigão do centro velho de Botucatu (onde, então, deveria se localizar a Mata Geral que dividia a Fazenda Capão Bonito, da Fazenda Sobradinho) e a Fazenda Sobradinho estaria onde hoje é Rubião Junior, antigo Capão Bonito. **Nada combina!!! A Geografia estaria invertida!!!** E, um comentário bem simples a respeito: Se a restinga terminava onde a vista de um observador colocado no alto do “Morro de Rubião Junior” (antigo Serro do Capão Bonito) podia alcançar, como teriam, os acontecimentos da porteira,

ocorrido “logo adiante da porta da matriz”, nas proximidades da Praça do Paratodos? Alguém, colocado naquele Morro, consegue ver alguma coisa do centro da cidade???

Os fantasmas que rondam a história de Botucatu

(O Diário da Serra em 15 a 17 de abril de 2006)

Existem mistérios que rondam a história de Botucatu, de há muito. Foram formados ao longo do tempo, (e quanto tempo!!!) e provocam, hoje em dia, um fascínio inesgotável entorno do povoamento do alto da Serra de Santo Ignácio, da fundação do povoado e do seu desenvolvimento.

Quanto mais mistérios, melhor, e mais saborosa se torna a tarefa de decifrá-los. Mesmo que não se consiga, mesmo que, sobre eles, não exista um

único entendimento, a busca pelas soluções se torna a própria graça, ganhando contornos de aventura e trazendo o doce sabor das descobertas.

Alguns desses mistérios estão aqui, nestes últimos capítulos, como a desafiar nossa imaginação. Alguns desses podem ter soluções imediatas, outros nem tanto. Mas, estão chamando todos a busca-las: sem idéias pré-concebidas ou qualquer solução outra que não a verdade. Vamos então, como ontem, continuar a ler a tal revista A Cruzada Brasileira de 1928.

XXIII – Uma porteira, as armas embaladas e o “rumo” que o Capitão queria marcar.

Prosseguindo, com o artigo da Revista:

“...Nesta porteira, que delimitava o primitivo patrimônio com as terras do cap. José Gomes, houve, segundo dizem, uma rixa entre a gente deste e a dos Costas, motivo pelo qual ficou célebre a *Porteira da Contenda* (a actual rua Moraes Barros deve ser mais ou menos o famoso Rumo da Contenda ou da Porteira da Contenda, de interesse no foro local...)”

Sempre se afirmou que os litigantes chegaram ao enfrentamento armado na disputa pela posição da porteira. E, de fato, isso ocorreu, embora não existam outros papéis que o afirmem a não ser um dos parágrafos do documento a que temos recorrido, constantemente: O Libelo, de 1846. Em seu parágrafo número onze: **“...que tendo os AA sciencia d’isto (referia-se à uma posição do genro de Joaquim da Costa e Abreu, Francisco Antonio, que havia recommçado a tentar o domínio da Restinga) procuraram evitar questões para o futuro extremado sua propriedade por um rumo que fizeram abrir atravessando a Restinga d’esde a Porteira athe o Rincão de Campo que foi vendido a José Antonio, e como Francisco Antonio d’Oliveira se**

opposesse com forma armada a abertura do rumo, os AA o chamaram a Conciliação, a fim de procurarem deffender seus direitos...

Neste particular, parece-nos, não sobram dúvidas de que a disputa pela Porteira conduziu a um enfrentamento e a uma nova ação da parte do Capitão, agora diretamente contra os herdeiros de Joaquim da Costa e Abreu. O artigo da Revista resguarda-se num “segundo dizem”, ao referir-se à contenda armada. Mas o documento (O Libelo) é enfático e claro: Ela existiu, mesmo que o enfrentamento tenha se restringido à exibição mútua, ou seja, sem disparo das armas exibidas. Muito embora, até mesmo isso, hoje, ainda não possa ser afirmado, com segurança.

Novamente, neste ponto do Artigo, o articulista ou o memorialista arriscam na suposição, mas, desta vez ressaltando com um “deve ser”: **“a actual rua Moraes Barros deve ser, mais ou menos, o famoso Rumo da Contenda ou da Porteira da Contenda... de interesse no foro local.”** Como a Comarca apenas foi criada em 1866, o “Foro local” referia-se ao de Itapetininga, onde toda ação ia acabar.

XXIV – Onde começavam e onde terminavam as terras doadas pelo Capitão José Gomes Pinheiro?

A revista diz: “ O cap. José Gomes Pinheiro augmentou o patrimônio com terras que têm as seguintes divisas: principiando no ribeirão dos Costas ou da cidade (na citada corredeira), seguem pelo Rumo da Contenda até a primeira água (água do Tanquinho), por esta acima até suas cabeceiras, destas dobram para a cabeceira do Rancho Queimado (Lavapés?) onde houve a Olaria do Panhosa, por esta água abaixo até o ponto final.”

Este parágrafo da revista “A Cruzada Brasileira” deu o tom do contar nossa história, desde aquela época. Em resumo, ele diz: as terras ficavam entre os ribeirões Lavapés e Tanquinho e a doação, como pode ser visto, foi feita contando as terras no sentido anti-horário (descendo-se pelo Lavapés e subindo pelo Tanquinho).

Essa é a tese principal para explicar o povoamento do centro da cidade de hoje. Nossos mais importantes historiadores dos dias atuais – Hernani Donato e Trajano Pupo - bem como nosso maior genealogista Paulo Pinheiro Machado Ciaccia, que estudam a fundo a questão, há longo tempo, apóiam inteiramente a hipótese da Revista. Sempre será bom a professores e alunos, lerem e relerem suas teses, expostas nos livros: “Acheegas para a História de Botucatu”, “Botucatu Antigamente” e “As primeiras Fazendas da Região de Botucatu”.

Quanto à tese que expusemos nestes artigos, por este jornal, fundamentada em documentos, pretende significar para os botucatuenses um convite ao estudo, (particularmente para os historiadores com graduação universitária, que têm tempo para trabalhar e credenciais para procurar por recursos disponíveis).

Neste mesmo parágrafo da Revista, o articulista diz: *“O cap José Gomes Pinheiro aumentou o patrimônio com terras que tem as seguintes divisas, principiando... “. Qual a razão para isso? Afinal, aumentar significa acrescentar mais alguma coisa a outra já existente. Existiria alguma outra doação, anterior à do capitão José Gomes, feita também para formar a Freguesia?* A Revista diz que sim!!! E isto, também, transformou-se em outra peça do quebra cabeças da história local.

XXV – A doação que não apareceu até hoje.

A Revista diz:

“Tratou logo esse mineiro de “possessar” o Ribeirão que se ficou chamando - dos Costas (hoje, da Cidade) e deu um pequeno patrimônio a Sant’Anna, que é a pequena água da Boa Vista com suas vertentes; mais a parque fronteira, onde houve a matriz velha. Ahí, onde existia um pinheiro, abaixo da igreja, edificou sua casa.”

É por esta razão que o articulista fala em “aumentou o patrimônio”, quando diz sobre as doações do cap. José Gomes Pinheiro. Ele acreditava (e, pelo visto, fiando-se inteiramente no depoimento de José Joaquim Barbosa de Carvalho) que a doação primeira já havia sido feita por Joaquim da Costa e Abreu. A Revista transforma, assim, Joaquim da Costa e Abreu e seus herdeiros em pioneiros da fundação do patrimônio da Matriz (condição básica, segundo o Padroado Régio, para se criar uma freguesia)

Embora não seja este o objetivo deste trabalho (que se restringiu a propor um novo entendimento para a localização das terras doadas pelo Capitão José Gomes Pinheiro), não existem até hoje provas documentais da doação de Joaquim da Costa e Abreu ou de seus herdeiros. Até que sejam encontradas, este permanecerá sendo um mistério a mais.

OBS: Entretanto, é forçoso que se acrescente a este trabalho, 8 anos após sua primeira publicação, que a Câmara de Botucatu, respondendo por duas vezes à indagação da Província “sobre que terras se assenta o povoado”, já uma Vila, alegava existirem as tais doações, porém das quais não possuía papel algum, a não ser o de José Gomes Pinheiro. Isto no decorrer do ano de 1860.

Antiga Igreja Matriz de Sant'Anna, depois São Benedito, praça do Paratodos. Segundo a Revista de 1928, Joaquim da Costa e Abreu doou a parte fronteira da matriz e a parte de baixo dela, onde está o Paratodos.

XXVI – Um povoado, antes da doação das terras???

Por fim o artigo daquela antiga revista, no ponto em que estamos estudando, tem algo ainda mais interessante, ao afirmar que: “Nesta porteira, que delimitava o primitivo patrimônio com as terras do cap. José Gomes, houve, segundo dizem uma rixa entre a gente deste e a dos Costas...”.

A Revista poderia estar se referindo às terras doadas por Joaquim da Costa e Abreu ou por seus herdeiros, chamadas de patrimônio pelo memorialista. Mas, poderia estar utilizando as palavras “patrimônio primitivo”, para se referir a um hipotético povoado, chamado pelo articulista de “primitivo” (no sentido de anterior a tudo, ou rudimentar, ou insipiente). O que nos faz pensar sobre isso é que o depoimento dado à Revista declara com exatidão os lugares doados por Joaquim da Costa e Abreu: *“Tratou logo este mineiro (Joaquim da Costa e Abreu) de “possessar” o ribeirão que se ficou chamando – dos Costas – (hoje, da Cidade) e deu um pequeno patrimônio à Sant’Anna, que é a água da Boa Vista, com suas vertentes, mais a parte fronteira, onde houve a matriz velha. Ahi, onde existia um pinheiro, abaixo da Igreja, edificou sua casa”*.

A água da Boa Vista fica do outro lado do Ribeirão Lavapés e teve uma ocupação tardia. No mapa de 1890 (encomendado pela Câmara de Botucatu a uma Cia. de emplacamento com sede em Buenos Aires), mal está esboçada a passagem sobre o Córrego Lavapés. Para o leste...nada. E, a parte fronteira onde houve a matriz velha (entende-se que o articulista quis dizer: que estava à frente de onde a Água da Boa Vista deságua no Lavapés), que ficava na Praça do Paratodos (conforme se pode ver pela foto), tanto pode ser o seu pátio ou 10, 20, ou 300 metros à sua frente.

Ali, fora dos terrenos hipotéticos doados, em espaço compreendido entre a ponte da Vila Maria, Av. Floriano Peixoto e Praça do Paratodos teria existido, segundo a tradição popular, muito antiga, um aglomerado de ranchos mal dispostos e sem título de qualquer espécie. É a tal gente rude, à qual o memorialista se refere.

Cada vez que leio o artigo da Revista A Cruzada Brasileira, convenço-me que um dos dois (ou os dois: o articulista e memorialista) conhecia o “Libelo” do dr. Antonio Gomes Pinheiro Machado. Parece por demais coincidente a busca de pontos onde deveriam ter ocorrido fatos que os documentos atestam reais. E, ambos esposam a tese de que existia um patrimônio (aqui, referindo-se a um pedaço de terras) doado por Joaquim da Costa e Abreu, condição básica para a constituição de uma Freguesia.

Seja como for, essa tese está esperando provas materiais. Mas, para fecharmos este debate, existe um interessante trecho que nos parece digno de prestarmos mais atenção. É quando o articulista diz: **“...Nesta porteira, que delimitava o primitivo patrimônio com as terras do cap. José Gomes...”**

XXVII - ... Uma outra História!!!

A doação de Joaquim da Costa, carente ainda hoje de provas, pode até não ter existido. Mas o texto revela que há a possibilidade de ter existido um **povoado, insipiente, chamado de primitivo**, em terras que são, hoje, o centro velho da cidade. Uma espécie de arranchamento, aglomerado de choças, pequeno e precário, cuja existência estava garantida pela distância do centro das terras do Capitão José Gomes. Constituído inicialmente por viajantes que se dirigiam ou voltavam de terras distantes, a esse pequeno povoado, anterior a todos os fatos aqui narrados, o articulista argumentou “**...delimitava... com as terras do cap. José Gomes...**”. **Existiu? Não existiu!?! Bem,... essa é uma outra história!!!**

Em 1890, isso era tudo o que existia no entorno da Praça do Paratodos. A praça está no quarteirão C. O Santuário de Lourdes, no quarteirão D

Referências bibliográficas:

1. JAGUARIBE, João Nogueira, O Correio de Botucatu, ed.825, 20.08.1911, página 1
2. JAGUARIBE, João Nogueira, O Correio de Botucatu, ed.1010, 13.03.1915, página 1

3. JAGUARIBE, João Nogueira, O Correio de Botucatu, ed idem
4. REVISTA A CRUZADA BRASILEIRA, ano 1928, setembro, nº 03 páginas 04, 05, 06, artigo “Botucatu Antigo”.
5. PINHEIRO MACHADO, Adolpho, A Fundação de Botucatu, in O Correio de Botucatu, ed. 125, ano 40, 06.08.1941
6. Resolução do Conselho Nacional de Geografia e Estatística, in O Correio de Botucatu, ed. nº 21, ano XLIII, 12.12.1943.
7. MOREIRA REIS, Arnaldo, “A Fundação de Botucatu”, teor da palestra proferida através da Rádio Emissora, in Correio de Botucatu, ed. n.23, ano XLIII, 19.12.1943.
8. ALMEIDA PÍNTO, Eunice, “Origens de Botucatu”, ed. 24, ano XLIII, 23.12.1943
9. ALMEIDA PINTO, Sebastião, “No Velho Botucatu”, 1ª edição, 1956, páginas 15 e 16
10. DONATO, Hernani, “Acheugas para a História de Botucatu”, 3ª edição, 1985, página 53
11. DONATO, Hélio – informações repassadas ao autor
12. DELMANTO, Armando Moraes, “Memórias de Botucatu”, 1ª ed., 1990, página 13
13. GODOY, Olavo Pinheiro, “A vida do Capitão José Gomes Pinheiro”, 1ª ed. 2000
13. PUPO, Trajano Carlos de Figueiredo, “Botucatu Antigamente”, 1ª ed, 2002
15. O Correio de Botucatu, ed.1094, 21.10.1916, página 02
16. JAGUARIBE, João Nogueira, O Correio de Botucatu, ed.1010, 13.03.1915, página 1
17. JAGUARIBE, João Nogueira, O Correio de Botucatu, ed.1010, 13.03.1915, página 1
18. PUPO, Trajano Carlos de Figueiredo, “Botucatu Antigamente”, 1ª ed, 2002, página 35
19. Ofício do delegado suplente de Itapetininga dirigido ao presidente da Província , em 20 de março de 1843, cópia xerográfica em poder do autor.
20. FIGUEIROA, João Carlos, disponível em [ybytucatu.net.br](http://www.ybytucatu.net.br), Revista da História, capítulo “A Capela do Ribeirão da Cachoeira”, 2002 ou <http://www.ybytucatu.net.br/historia/ribeiraodacachoeira.html>
21. O LIBELO em defesa do capitão José Gomes Pinheiro e sua esposa Anna Florisbela, datado de 1846 - cópia xerográfica em poder do autor.
22. FIGUEIROA, João C; Revista da História, página 38 - 1ª ed. 2002 ou <http://www.ybytucatu.net.br/historia/cercavelha.html>
23. FIGUEIROA, João C, xérox do original em poder do autor
24. MACHADO, Felizberto Antonio; 1840 cópia xerográfica do original mantido no Arquivo Metropolitano da Igreja Católica – SP
25. Capão Bonito, nome original da nucleação de Rubião Junior.
26. Cêrro, “s.m. ...Colina pequena e penhascosa...” - Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, 10ª edição, 1960, Editora Civilização Brasileira SA, página 266.
27. Restinga: - “s.f. ...Rio Grande do Sul: orla de bosque ou mato nas baixadas, à margem de arroios ou sangas” - Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, 10ª edição, 1960, Editora Civilização Brasileira SA, página 1043..
28. Sanga: - “s.f....2. Reg. (R.G.do Sul) pequeno ribeiro alagado e de pouca água; pântano. Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos, Ilustrado, org. Prof. Adalberto Prado e Silva, 2ª ed., p. 296.

Observação. Em algumas figuras a palavra Cerro vem escrita com S inicial, como Serra, seguindo o próprio documento citado.